

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Autora: Polliana Esmeralda Gonçalves Machado

A reprodução dos padrões patriarcais na trajetória da internacionalização socioeducativa de jovens do sexo feminino no DF.

Brasília
2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Autora: Polliana Esmeralda Gonçalves Machado

A reprodução dos padrões patriarcais na trajetória da internação socioeducativa de jovens do sexo feminino no DF.

Monografia apresentada à Universidade de Brasília - UNB, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Sociologia, sob orientação da Prof.(a). Dra. Tânia Mara Campos de Almeida

Brasília
2014

Autora: Polliana Esmeralda Gonçalves Machado

Monografia apresentada à Universidade de Brasília - UNB, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Sociologia, sob orientação da Prof.(a). Dra. Tânia Mara Campos de Almeida

Aprovada pelos membros da Banca examinadora em ____ / ____ / ____, com menção em ____ (____).

Banca Examinadora

Professor (a)

Professor (a)

Dedico aos meus pais, Amador e Marilda,
meus pilares.

Ao meu irmão Diego, meu maior exemplo,
companheiro dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof. Tânia Mara, por me atender sempre que preciso e por fornecer diálogos ricos e construções teóricas sobre o universo de gênero.

À todos os servidores e jovens que participaram da pesquisa, sem os quais não seria possível a construção do presente trabalho.

Ao apoio das minhas companheiras(os) de curso que muito me ensinaram nessa jornada, nas discussões das aulas e na construção de trabalhos, dentre elas:

Bruna, pela amizade e por sempre me dar as melhores dicas sobre metodologia quantitativa.

André, por sempre discutir ferrenhamente questões de gênero e me fornecer um olhar antropológico.

Gabriela e Maysa, por terem sido tão compreensivas e companheiras nesse último semestre, me apoiando sempre quando eu precisei estar ausente.

Aos meus familiares, que estavam torcendo para que tudo desse certo. Em especial ao meu irmão Diego, que sempre ouviu minhas inquietações sobre o campo e a escrita. E ao meu namorado Mateus, que sempre me fez rir e me deixou mais leve, ainda que os momentos tenham sido de tensão e angústia.

Por fim, a todos que fizeram parte direta ou indiretamente da construção desse trabalho, seja como interlocutores da pesquisa, seja como uma base teórico-metodológica para transformar possível a conclusão do meu curso de Sociologia.

RESUMO

O presente trabalho apresenta e analisa a trajetória da medida socioeducativa de internação aplicada às adolescentes do Distrito Federal (DF). Para tanto, faz uma reflexão das instituições responsáveis pela aplicação dessa medida, o Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE), a Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE) e a atual Unidade de Internação de Santa Maria (UISM). Busca identificar o perfil das jovens e apresentar o tratamento lhes oferecido pelas unidades, apreendendo, a partir do relato das servidoras e das jovens, o recorte de gênero dado pelas unidades. O estudo possibilitou identificar o perfil das adolescentes em internação na UISM-DF, que é composto por meninas de classes baixas, negras, de baixa escolaridade e oriundas das cidades satélites consideradas mais desiguais do DF. Identificou que o tratamento oferecido pela unidade é direcionado para uma “ressocialização”, buscando enquadrar as jovens em um papel de gênero hegemônico, que, além de não considerar sua situação de classe e raça.

Palavras-chave: medida socioeducativa; internação feminina; gênero.

LISTA DE SIGLAS

CAJE	Centro de Atendimento Juvenil Especializado
CETRO	Centro de Triagem e Observação de Menores
COMEIA	Comunidade de Educação, Integração e Apoio de Menores e Família
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUBSIS	Subsecretaria do Sistema Socioeducativo
UISM	Unidade de Internação da Santa Maria
UNIRE	Unidade de Internação do Recanto das Emas
UIP	Unidade de Internação de Planaltina
UISS	Unidade de Internação de São Sebastião

SUMÁRIO

Introdução	10
Cap. 1 – Definição do tema e Desafios de campo	11
Cap. 2 – Fundamentação Teórica	17
2.1. Instituição Total	17
2.2. Estudos sobre Punição	19
2.3. A mulher como desviante	23
2.4. Gênero	20
2.5. A medida socioeducativa de internação e sua abordagem de gênero	33
Cap. 3 - A trajetória da internação feminina – Do CAJE à UISM	35
4.1. O caminho de desativação do CAJE	35
4.2. A saída das jovens da UNIRE para UISM	37
4.3. A internação feminina em três fases: CAJE, UNIRE e UISM	41
Cap. 4 - O perfil socioeconômico das jovens em internação socioeducativa	61
3.1. Idade	61
3.2. Local de residência	62
3.3. Com quem residem	63
3.4. Renda	64
3.5. Raça/Cor	65
3.6. Situação Conjugal/afetiva, relação do companheiro com o crime e visitas de companheiros	67
3.7. Familiares que se encontram presos	68

3.8. Visitas e Assistência Externa	68
3.9. Nível de escolaridade	68
3.10. Uso de drogas legais ou ilegais	69
3.11. Participação em oficinas de capacitação profissional	70
Considerações Finais	71
Referências	76
Anexos	79

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende tratar das questões relacionadas à punição e gênero e como elas fazem parte da trajetória da medida socioeducativa de internação feminina no Distrito Federal – Unidade de Internação de Santa Maria (UISM). Essa internação sempre esteve em unidades mistas, nunca tendo um estabelecimento físico para internação exclusiva feminina. Porém, no presente ano, foi inaugurada uma nova unidade que, apesar de mista, possui uma parte administrativa exclusiva da internação feminina, diferenciada da masculina, o que tenta assim estabelecer e atender necessidades peculiares às meninas.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos: O primeiro busca trazer um apanhado dos métodos e técnicas utilizados na pesquisas, assim como os desafios apresentados pelo campo. O segundo capítulo consiste em uma revisão teórica que transpassa a noção de Instituição Total, termo de Erving Goffman (1974); a noção de punição; as problemáticas do desvio de mulheres; e por fim as questões voltadas para a noção de gênero que usarei no decorrer de meu texto.

O terceiro capítulo, destinado à apresentação da parte empírica, traz o perfil atual das jovens que cumprem medida socioeducativa de internação no DF. Nesse capítulo, são elencados dados socioeconômicos e demográficos, com perfil atualizado das jovens, além de tratar de visitas e ofertas de oficinas por parte da unidade.

O capítulo quatro trata do discurso dos profissionais e das meninas sobre essas instituições, ou seja, os avanços, os retrocessos, as problemáticas e as condições em que essas unidades se apresentam. Nesse capítulo, observo como a instituição considera a internação feminina como um todo, suas formas de controle e punição.

Por fim, concluo ao relacionar as noções e as práticas voltadas ao gênero feminino que essa instituição estabelece em seu discurso: a socialização feminina, o discurso sobre feminilidade, a estigmatização da mulher criminosa, suas “punições formais e informais” direcionadas às jovens que se apresentam nessa situação de transgressoras criminais e transgressoras do ideal de mulher na sociedade patriarcal, ou seja que apresentam essa dupla quebra de regras. (MATOS, 2008, p. 16)

CAPÍTULO 1

Definição do tema e desafios do campo

A pesquisa foi dividida em três momentos: primeiramente, a intenção foi se aproximar da atual unidade, compreendendo seu ambiente e funcionamento. Para isso, foi estabelecido um recorte com a administração da unidade, constituída por uma gerente sociopedagógica, uma gerente de segurança, que é a parte constitutiva diferencial voltada para as jovens do sexo feminino na unidade. Porém, também foi abordada por mim a gerente de saúde que atende a toda a unidade, tendo em mente que as questões de saúde também são essenciais para entender a situação das jovens.

Após explorar a unidade atual, em um segundo momento da pesquisa, a intenção foi entender como se dava a existência das instituições anteriores. O recorte baseou-se em contatar servidoras que estiveram presentes na construção da internação feminina nas unidades anteriores, CAJE e UNIRE, a chamada equipe de referência que cuidava do módulo feminino, uma vez que não havia nenhum tipo de separação gerencial.

Por fim, o último momento da pesquisa se concentrou em entender a internação feminina por parte das próprias internas, com o recorte voltado para as jovens que estiveram internadas tanto nas unidades anteriores como na atual unidade. Nessa fase também foram realizados questionários para definir o perfil atual das jovens em medida socioeducativa de internação, uma vez que a quantidade de dados socioeconômicos e demográficos desse grupo é pouco desconhecida e contém um perfil desatualizado.

A escolha do objeto de estudo foi marcada por dois pontos principais. O primeiro vem acompanhando por um longo período da minha graduação: a questão de como o gênero determina de forma incisiva a aplicação de uma punição provinda de uma instituição total (GOFFMAN, 1961), como é o caso de uma prisão ou unidade de medida socioeducativa de internação. Ser mulher determina a forma com que a punição vai recair sobre a pessoa, além de gerar um estigma que pode ser duplo, pois, além de ser considerada delinquente, também é desencaixada do padrão de ideal que a sociedade impõe sobre ela. Sendo assim, “jovens mulheres que transgridem normas legais e sociais, são formal e informalmente penalizadas

pelas suas transgressões” (MATOS, 2008, p. 15). Esse argumento dá base não só às críticas sobre o sistema punitivo, mas também às formulações sobre criminalidade feminina.

Nesse contexto, diante de análises de várias leituras sobre cárcere e mulheres, punição e mulheres, criminalidade e mulheres, um ponto que se destacou foi o quanto os direitos sexuais e reprodutivos, que na maior parte das vezes são deixados de lado nessas instituições, são pontos que cristalizam muito bem a imposição de um padrão ideal de submissão do corpo feminino, que, apesar de estar presente de forma recorrente na sociedade, é uma arma da própria instituição para punir e controlar, não só pelo crime cometido, mas também como uma necessidade social de culpar aquela que não se enquadra nos padrões de feminilidade impostos.

Esse controle se dá de diversas formas: diversidade de obstáculos para o acesso às visitas íntimas; punição severa pelo estabelecimento de relações afetivas entre mulheres dentro da instituição; tratamento direcionado apenas à tentativa de prevenção de natalidade, que pouco se importa em abranger a possibilidade de escolha da mulher; tratamento diferenciado dado à mulher grávida – que, quando fornecido, só ocorre nesse momento –; quando a mulher é privada de ter seus direitos estabelecidos e é tratada como desumana por ser mulher e estar presa; separação entre jovens do sexo masculino e jovens do sexo feminino, que, ao invés de educar o homem opressor, prefere isolar a mulher. Existem outras formas para ilustrar o quanto a questão dos direitos sexuais merece a atenção – motivos estes que inicialmente os escolhi para minha análise.

O segundo ponto elementar para delimitação do tema, foi a necessidade de construir a história da internação feminina de jovens no DF, que mal possui dados quantitativos e nada qualitativos. Essas jovens vivem à sombra do sexo masculino há anos e só agora, com a mudança institucional, ganharam visibilidade que às separaram, ganhando uma unidade com uma visão direcionada a elas. A novidade dessa unidade é um marco histórico, mas não pode ser estudada de forma isolada. A internação feminina já passou por trajetórias complicadas e o estabelecimento dessa nova unidade não apaga tudo que se passou, até porque a recuperação de sua história será importante para uma melhoria da internação e para evitar a reprodução de desigualdades do passado.

Além disso, o campo se mostrou tão rico que foi impossível apenas seguir a linha dos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo também a punição feminina nesta pesquisa. O discurso dos interlocutores trazia uma característica peculiar à internação de jovens meninas: existe uma necessidade de socioeducação extremamente voltada para o afloramento e a afirmação dos papéis socialmente estabelecidos como femininos na sociedade. Sendo assim, essa socialização também se estabelece para ensinar o que é ser mulher, uma vez que tudo que sai desse perfil é punido.

A pesquisa teve como base geral o método qualitativo, onde foram utilizadas entrevistas semiestruturadas guiadas. Os sujeitos das entrevistas foram delimitados principalmente pelo objetivo do trabalho: no primeiro momento, as gerências administrativas; no segundo momento, os contatos que foram fornecidos sobre servidores/as que tiveram em outras internações; e por fim, as meninas que cumpriram medida nas três unidades, das quais foi usado o método de sorteio para escolher apenas duas jovens, devido ao curto tempo disponível para a realização desta pesquisa.

Os roteiros (Anexos 1 e 2) continham quantidade de perguntas variável, que se preocuparam principalmente em evitar induzir as respostas das participantes e abordar aspectos relacionados com a estrutura da unidade, acesso aos direitos como um todo, as formas de punição e controle, além da noção do comportamento das meninas. Os dados levantados foram analisados mediante a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), procurando localizar os núcleos de sentido nas falas das servidoras e jovens.

Foram aplicados questionários (Anexo 6) individuais às 19 socioeducandas das unidades, na tentativa de estabelecer um perfil inicial delas. Desse total, 4 foram aplicados como questionários piloto (Anexo 5). As perguntas buscavam identificar informações sociodemográficas, como: situação de moradia anterior, visitas, relações familiares com o crime, situação conjugal ou afetiva, acessos dentro da unidade, entre outros dados.

Foi solicitado a cada participante a concordância em participar da pesquisa através de um termo de consentimento (Anexo 3 e 4), assegurando que haveria sigilo e confidencialidade. As participantes foram claramente informadas de que sua participação seria voluntária e poderia ser interrompida a qualquer momento, assim como haveria a

possibilidade de pular questões, sem prejuízo ou punição. Os nomes das jovens e servidoras, ora apresentados, são fictícios para preservar suas identidades.

Além disso, foi solicitado à unidade informação sobre os crimes dessas jovens após o final de todos os contatos com as mesmas. A opção por ir ao encontro delas sem ter noção nenhuma dos delitos cometidos, foi por receio de que isso pudesse desencadear, de alguma forma, julgamento a seu respeito.

Foram realizadas pesquisas documentais, principalmente baseadas em reportagens estabelecidas pelo site da Secretaria da Criança do DF, na seção da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, onde havia informações sobre a implantação da Unidade da Santa Maria. Devido ao fato de não haver muita documentação, as demais questões da implantação foram abordadas a partir de narrativas das servidoras.

As entrevistas e questionários foram realizados, em sua maioria, na própria unidade: na sala de reuniões das coordenações, na sala da gerência de segurança, em um “consultório” do módulo da saúde. Com as jovens, tive a oportunidade de ficar em uma sala de atendimento da equipe de referência (pedagoga, psicóloga, gerentes, etc.), localizada no módulo. Duas das entrevistas, realizadas com antigas servidoras da internação feminina, ocorreram na unidade de semiliberdade feminina, no Guará.

Todas as entrevistas foram gravadas, mas ficou a critério das entrevistadas escolherem, ou não, esse procedimento. Os dados foram sistematizados através de transcrições das gravações, onde o importante era o texto literal da interação gravada, e os diários de campo referente às visitas por mim realizadas. Quanto ao acesso ao campo, não foi muito dificultoso. Apesar da demora em conseguir todos os documentos legais, que consistiu na autorização da juíza responsável pela Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal e a autorização da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, o campo, em si, se mostrou bastante aberto para pesquisa.

O primeiro contato foi com a diretora geral da unidade, a qual indicou uma das principais gerentes da internação feminina para ajudar a estabelecer os vínculos durante a pesquisa na instituição, além de indicar quem poderia responder às perguntas e fornecer dados de acesso mais restrito. Sem dúvida esse foi o contato chave sem o qual não teria a oportunidade de extrair tanta informação do campo. Infelizmente esse contato foi

interrompido quando tal “gerente guia” foi transferida. Apesar de a nova gerencia não ter impedido a continuidade da pesquisa na unidade, não houve a mesma interação anterior.

Quando se trata do acesso às jovens, esse ocorreu de forma variada. Fui cerca de cinco vezes à unidade para aplicar os questionários às jovens no horário do banho de sol. Nesse momento, são separados dois grupos, onde o primeiro fica fora das celas de 7h às 9h e o segundo de 9h às 11h. No dia seguinte, essa ordem se inverte. Existe um esquema para que as jovens, que tem conflitos entre si, não se encontrem no banho de sol.

Havia dois módulos de celas para as jovens sentenciadas: um para maiores de idade e outro para menores. O primeiro dia de aplicação foi no módulo das maiores, quando se solicitou a colaboração de cinco delas. Aceitaram o convite e responderam de forma tranquila às perguntas. As agentes deixaram que a jovem entrasse na sala e que fechasse a porta, podendo manter um ambiente menos coercitivo, uma vez que nem as agentes nem as outras internas escutariam as perguntas e as respostas.

Entretanto, nem todos os dias foram calmos. Houve momento em que nenhuma jovem quis sair para o banho de sol e só se dispuseram a responder ao questionário. Num desses dias, uma agente não quis proporcionar uma cadeira para a jovem, a qual responderia ao questionário com ela em pé. Só depois de uma conversa, ela deixou que estes fosse aplicado no ambiente de convivência do módulo, onde ficam no banho de sol e em algumas refeições. Nesse ambiente, há bancos de concreto e uma mesa.

Outro dia as portas ficaram abertas, com agentes sentadas na porta, ouvindo tudo que conversávamos. Outros dias as jovens se recusaram a sair de seus quartos para responder ao questionário, o que somou quatro questionários não respondidos. Também houve um dia que foram aplicados apenas três questionários, porque teria um “conselho” das jovens, relacionado à um conflito na escola e elas teriam que se reunir entre si.

No último dia de contato com elas, no qual foram feitas as entrevistas semi-estruturadas, acabei entrando na sala com minha bolsa, coisa que nunca tinha ocorrido, pois sempre ficava no guarda volumes na sala de visitas ou na sala da gerente psicopedagógica. A jovem entrou e foi solicitado à agente que pudesse fechar a porta. Antes de fechar, ela olhou pra mim e sussurrou: “Cuidado, fica de olho na bolsa!”, eu assenti com a cabeça e virei para a jovem,

que estava sorrindo de forma irônica do comentário da agente e disse: “É cada coisa que a gente tem que ouvir”.

No geral, as jovens aceitavam conversar e até perguntavam muito sobre a pesquisa. O mínimo do estranho parece tocar os seus dias, fazendo-os ficar menos monótonos. Algumas chegaram a relatar que qualquer coisa diferente ali era vantagem. Elas queriam falar, conversar, mudar, fazer qualquer coisa que as tirasse das celas.

Foi possível perceber diversos sentimentos dessas jovens, algumas brincavam, outras conversavam além do questionário, outras quase não falavam, outras estranhavam e todas me observavam muito. São jovens de personalidades marcantes, imponentes, jovens que não pretendem se calar, que conhecem sua situação e querem mesmo é expressar-se. Elas querem ser ouvidas, atendidas e entendidas, não mais ignoradas.

O campo se mostrou flutuante. Cada dia que lá chegava, uma modificação havia sido feita, seja na rotina, na quantidade das jovens, no módulo das jovens ou no desenvolvimento de seus direitos. Houve uma jovem que recebeu progressão de medida para a semiliberdade - fato que nunca havia ocorrido, uma vez que anteriormente não existia uma semiliberdade feminina no DF. Várias jovens começaram a ter o direito aos “saidões”, o que é um importante passo para a progressão de medida. Houve mudanças de módulos, início de aulas para as internas provisórias, jovens menores completando 18 anos e o início de movimentação para implantação da visita íntima oficial. Todas essas transformações eram resultado, principalmente, do estabelecimento de uma unidade recente, que busca se enquadrar tardiamente e sob pressão nos padrões estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

CAPÍTULO 2

Fundamentação teórica

2.1.A instituição Total

O desenvolvimento do conceito de “Instituição Total”, que surge principalmente com Erving Goffman (1974) e que é de crucial importância para qualquer trabalho que trate de “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1974, p. 11).

A permanência temporal na instituição total se mostrou muito frequente na presente pesquisa, levando a me apropriar de conceitos apresentados por Goffman como instrumentos teóricos à análise de práticas não-verbais da unidade. Sendo assim, quando o autor define cinco tipos de instituição total, observo que as unidades de internação para menores bem se enquadram entre o tipo 1 e 2, primeiro é uma instituição criada para cuidar de pessoas, que segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; segundo, é uma instituição criada para aqueles que são ameaça para a comunidade, embora de maneira “não-intencional” (GOFFMAN, 1974, p.11), sendo essas jovens incapazes de cuidar de si mesmas, mas que apresentam em ameaça para a sociedade.

O indivíduo, na instituição total, perde praticamente sua identidade e independência. Um mar de mutilações do eu que se estabelecem desde o momento de entrada na instituição, onde existe a quebra do contato voluntário com o mundo externo, sendo possível apenas de forma mediada ou supervisionada. Após isso, evidencia-se a situação ritualizada de admissão, promovida pela equipe dirigente:

“obter a história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam bem guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto as regras designar um local para o internado” (GOFFMAN, 1974, pg.26).

Há um processo, especificamente delimitado, para enquadrar aquele ser em seu novo lugar, o lugar de interno, que delimita um momento de despedida, onde muito dos objetos e artifícios em relação com o eu são descartados e impedem que o

indivíduo se apresente da forma de sua aparência usual, provocando uma desfiguração pessoal. Outra característica forte da instituição total é a necessidade constante de precisar de autorização ou ter horário estipulado para executar ações. Além de ter que executar uma rotina diária que lhes é estranha, não é de seu desejo.

Além das características de rotina e mortificação do eu serem características muito acentuadas nas instituições totais, no entanto, há outro elemento: a perturbação na relação usual entre o ator individual e seus atos. Existe, na sociedade, uma gama de reações possíveis que o indivíduo dispõe como formas de resistência a circunstâncias que vão contra a concepção do eu - mau-humor, resmungos, ironia e sarcasmo. Nas instituições totais nem mesmos essas reações são tidas como autodefesa, e podem ser castigadas e limitadas pelos dirigentes.

“(…) muitas instituições totais parecem funcionar apenas como depósitos de internados, mas, como já foi antes sugerido, usualmente se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas. Já se sugeriu também que um frequente objetivo inicial é a reforma dos internados na direção de algum padrão ideal. Est condição, entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz, constitui o contexto básico da equipe dirigente” (GOFFMAN, 1974, 70)

A ideologia de quem a administra e a estrutura física são igualmente importantes para caracteriza-la, uma vez que funciona também como uma “escola de boas maneiras”, destinada a um grande número de itens de conduta que envolvem coerção. Sendo assim, qualquer um dos elementos da equipe dirigente, pode punir qualquer membro da equipe dirigida por qualquer ato considerado contrário ou diferente da noção interna de certo ou errado da instituição, e tem por função primordial lembrar sempre o interno da perspectiva desta.

A solidariedade e a formação de grupos, amigos ou casais também é limitada e podada pela equipe dirigente, uma vez que a tentativa de associação pode gerar bases para uma atividade combinada proibida pelas regras e por isso a intenção é tentar impedir esse grau primário.

Dentro dessas instituições, as regras são engendradas por um sistema de privilégios e castigos, que são integrados de acordo com o comportamento e a adaptação às “regras da casa”, sendo formas de organização peculiares as instituições totais. Os privilégios seria um pequeno número de prêmios, que acabam por

estabelecer um efeito reintegrador, “pois restabelecem as relações com todo o mundo perdido e suavizam os sintomas de afastamento com relação a ele e com relação ao eu perdido pelo indivíduo”. (GOFFMAN, 1974, p.50).

Apesar do autor dar grande ênfase da forma como a instituição mortifica o eu e limita o indivíduo, não deixa de lado as táticas de resposta do internado, que podem ser o afastamento da situação, a tática da intransigência, a colonização e a conversão. A primeira é onde o indivíduo passa a não dar atenção a nada que não diga respeito a si mesmo e seu corpo; a segunda é a mais crítica, onde ele se nega a colaborar com a equipe dirigente; a terceira, o indivíduo se conserva instável se apegando a tudo que pertence ao mundo externo; e no quarto o indivíduo se adequa ao discurso interno e representa o papel de interno perfeito.

2.2.Os estudos sobre punição

Diante da necessidade de uma análise teórica da punição, essa seção pretende apresentar um pequeno apanhado teórico sobre a questão na sociologia. Livre de críticas, apresento o que saltou aos olhos em alguns autores que foram acessados e que podem acrescentar ao tema e ao conteúdo empírico posteriormente apresentado

A discussão sobre a punição na sociedade moderna se desenvolveu principalmente a partir do século XX, principalmente por Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (2009), onde traz o desenvolvimento temporal das formas de punição vigentes em cada período e associando a estrutura social com seus tipos de punição. Consequentemente, Foucault trata de como a punição, que sempre esteve relacionada a infringir dor ao corpo nos períodos mais antigos, passou a ser transferida para formas menos nocivas e esse corpo, buscando toca-lo e infringi-lo cada vez menos, mas nunca tirando o corpo do imaginário da punição. Mas transferindo agora para a noção de corpo vigiado e ao qual o trabalho é imposto como forma de adestramento ou coação, buscando assim o disciplinamento do corpo e da alma do detento.

Foucault traz uma nova perspectiva na questão da punição, pois ele não a encara como algo que tenha apenas o sentido de punir, mas a transforma em uma máquina de poder, que é exercida não apenas sobre os detentos, mas sobre toda a estrutura social como forma política de controle. Assim, as práticas de punição e disciplina são definidas como tecnologia do poder, que são exercidas não apenas no âmbito

prisional, mas também em diversas outras instituições sociais, como escolas, família, religião, envolvidas por elementos culturais e políticos.

“O novo poder disciplinar será, desse modo, um poder voltado para o “adestramento” dos indivíduos. E, para isso, ele utilizará alguns mecanismos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica induz, por meio do olhar, efeitos de poder: o indivíduo adestrado deve sentir-se permanentemente vigiado. A sanção normalizadora implica uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, do corpo, da sexualidade, visando aos comportamentos desviantes. O exame, por fim, indica uma técnica de controle normalizadora que permite qualificar, classificar e punir ininterruptamente os indivíduos que são alvos do poder disciplinar”. (Salla, Gaudó e Alvarez, 2006, pág. 337)

A punição também é uma reforma do indivíduo para que ele seja produtivo para o capitalismo e se encaixe nas normas da sociedade. Possuiria, assim, uma função social complexa, não sendo apenas a penalidade para um delito, mas uma tática política de manutenção do poder. (FOUCAULT, 2009)

Para Norbert Elias (apud SALLA, GAUTO & ALVAREZ, 2006, pág. 341). , essa transição de uma forma de punição que infringe mais ao corpo para a “alma” é consequência de um processo civilizador, considerando que o suplício seja algo referente ao animalesco ou comportamentos bárbaros. Dessa forma, a manutenção da moralidade passa a se dar por forma de costumes sociais que passa a constituir a psique dos indivíduos. São práticas mais sutis de infringir dor, que tira da esfera pública a percepção do sofrimento dos condenados, que passa a ser provocada

“por um período maior de tempo com consequências psicológicas e sociais (como a total marginalização desses indivíduos do conjunto da sociedade) das quais a sociedade moderna não tomará conhecimento, sobretudo porque o sofrimento está disfarçado em uma simples privação de liberdade e não são reconhecidas as perdas sociais que o encarceramento provoca nos familiares dos criminosos” (SALLA, GAUTO & ALVAREZ, 2006, pág. 341).

Se, em meados da década de 1970, Foucault considerou a punição como parte integrante da manutenção do poder na sociedade e constituiu uma forma de adestramento e adaptação de “almas” para a sua integração na sociedade, as sociedades contemporâneas tem se apresentado cada vez mais interessadas apenas na punição. Importante salientar que, apesar de apresentar aqui as formas de violência física como formas “antigas” de punição, isso não anula o fato de que em muitas das

prisões modernas e contemporâneas apresentam e reproduz a violência física aos corpos dos condenados.

Gilles Deleuze (apud REIS, 2008, pág. 175) traz a noção de sociedade de controle, que seria uma característica que se estabelece em sociedades no pós século XX, principalmente baseada na crise contemporânea das instituições, entendendo como uma disciplina elevada a um poder mais alto, aumentada de forma mais móvel e fluida. As formas de controle e disciplina não se resumem mais apenas às instituições sociais clássicas: família, prisão, etc. ela se localiza em todas as formas de relacionamento e informação, principalmente sendo manipulada pela mídia e suas difusões.

A sociedade do controle traz consigo a presença da tolerância zero, onde aprisionar não diz mais respeito a reeducação dos corpos ou mesmo reintegração de criminosos. Esses são desviantes o bastante dos padrões de controle impostos para que seja considerado mais vantajoso retirá-los de meio social mais amplo: “É preciso tirar os perigosos de circulação em definitivo por meio de mais polícia, mais prisões, mais penalizações e controles a céu aberto”. (REIS, 2008, pág. 178)

Assim sendo, é construída uma sociedade onde se pune muito mais, até mesmo as infrações cotidianas e surge toda uma estrutura política e financeira em torno do controle do crime.

“A despolitização, massificação de imagem-informação, de consumo desenfreado, de produção de estilos de vida à disposição dos consumidores, enfim, de um radical controle tecnológico, que se pode dizer de “liberdade”? Segundo Bauman, “na prática pós-moderna é ser um consumidor”, e a exclusão do mercado torna-se o próprio “inferno”. Consume-se o espetáculo e cultua-se o espetáculo do consumo: ténue válvula de escape para o sonho de liberdade” (CHERVITARASE apud REIS, 2008, pág. 178)

Loic Wacquant (1999) estabelece uma análise do controle e da punição na contemporaneidade, trazendo à tona as políticas criminais estabelecidas nos Estados Unidos do final do século XX ao início do século XXI, principalmente pautados na noção da sociedade de controle, e que vigoram até hoje: a punição da pobreza e o endurecimento penal. Esses novos paradigmas possuem por base, principalmente, entender como a prisão se torna cada vez mais um local de imobilização de desviantes e exclusão social.

O estado penal, que busca punir cada vez mais, atrofia direitos sociais e provoca um crescimento alarmante do encarceramento, trazendo também uma perspectiva de

governo da miséria, uma vez que aqueles que mais são criminalizados e punidos por esse estado são as populações marginalizadas, que estabelecem guetos e tem pouco acesso a direitos sociais. Essa é a população que não tem condições de adquirir sua cidadania e seu estilo de vida através do consumo e pouco importam para a sociedade capitalista.

“(…) a adesão crescente de um maior número de países a essas concepções e política de endurecimento penal já indica que não se trata de um movimento circunscrito a um contexto político-social nacional, e que essa onda conservadora tem conseguido deslocar significativamente o debate em torno da punição e das políticas de segurança pública, mesmo onde partidos considerados de “esquerda” ou “progressistas” estão no poder” (ALVAREZ, 2007, pág. 94)

Sérgio Adorno (s.d.) explora alguns dos precedentes e das consequências desse endurecimento penal nas políticas criminais do Brasil, que se estabelece principalmente por consequências de uma redemocratização onde a independência da polícia militar dura e coercitiva mantém o controle repressivo, onde os tribunais de justiça penal se mostraram não resistir à imposição das regras arbitrárias da ordem pública. Essa centralização de controles e de militarização da segurança pública produziu três consequências institucionais:

“primeiramente, transformou o controle da criminalidade comum em problema de segurança interna, estimulando- intencionalmente ou não – uma sorte de confusão entre o controle civil da ordem pública e o controle da segurança nacional; em segundo lugar, os problemas relacionados com a repressão do crime comum transfiguram-se cada vez mais em problemas afetos à órbita das agências policiais, em especial das polícias militares. Consequentemente, é cada vez maior a militarização da segurança e cada vez mais problemas de setor passam a ser vistos como pertinentes às estratégias e táticas de guerra contra um inimigo comum – o bandido, esse personagem frequentemente mal definido e mal identificado. Não sem motivos, ao longo do regime autoritário e mesmo no curso do processo de redemocratização, as polícias militares conquistaram autonomia e poder a ponto de se sentirem legitimadas junto a expressivos segmentos da população quando abatiam cidadãos, suspeitos de haver cometido crimes, sob alegação de resistência à ordem de prisão. Em terceiro lugar, além de flagrante distorção segundo a qual toda política de segurança passa a gravitar em torno do desempenho policial, abstraindo dos demais segmentos do sistema de justiça penal – Ministério Público, Poder Judiciário e sistema prisional -, os governos estaduais recém eleitos após a abertura do regime tiveram de enfrentar delicadíssimo problema político, até hoje mal equacionado: o de

reenquadrando suas polícias militares e reconquistando o controle civil sobre a segurança pública.” (ALVAREZ, 2007, pág. 133)

Além disso, o regime militar trouxe ao Brasil uma onda “progressista”, que reivindicou muito dos direitos humanos ao final do autoritarismo, mas que foi calada pela própria elite conservadora, que logo criou, a partir de suas fontes de poder na mídia e no governo, um imaginário anti-direitos humanos, que só se integrou ao ódio e a guerra ao “bandido” trazido anteriormente. Esse bandido é construído no imaginário social e punido antes mesmo de cometer o crime.

Garland (apud ALVAREZ, 2007) afirma que o discurso penal tem três importantes interlocutores: os criminosos condenados, os agentes do sistema penal e o público em geral. Uma punição justa supriria a função de educação moral, em que as práticas institucionais das prisões fixariam esse como o significado da privação da liberdade, provocando aprendizado dos criminosos.

Quando se trata dos agentes, Garland afirma que “a punição é muito mais útil para identificar o caráter daqueles que trabalham no sistema penal do que propriamente a natureza que quem é punido”. E o terceiro interlocutor é responsável pelo simbolismo da punição em determinada sociedade. (SALLA, GAUTO & ALVAREZ, 2006, pág. 345). Assim sendo, em uma sociedade marcada pela ideia moral de “bandido bom é bandido morto”, que se baseia no endurecimento penal e no encarceramento de massa, criminaliza a pobreza e provoca cisões de classes, será pouco capaz de punir para ressocializar e promover cidadania.

2.3.A mulher como desviante

A presença das mulheres no sistema carcerário brasileiro, apesar de nos últimos anos ter crescido de forma significativa, ainda se apresenta significativamente menor que o encarceramento masculino. Quanto às mulheres maiores de idade presas, os dados mostram que eram 33.289, equivalendo a 6,63% do total de presos/as, segundo dados do Portal Ministério da Justiça (INFOPEN) 2011. Já tratando das menores, segundo o Levantamento Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em conflito com a lei de 2013, afirma que, dos 20 milhões de jovens que viviam no país, 0,09% estão cumprindo medida de internação ou medida socioeducativa em meio

fechado, desse número 5% são do sexo feminino. A criminalidade feminina se apresenta menos recorrente que a masculina e voltada para crimes diferenciados, apesar de se assemelhar a estes no caso do tráfico de drogas, tipo de crime igualmente dominante em ambos os sexos. (INFOPEN, 2011)

As análises teóricas sobre as características criminais femininas são inúmeras, que vão desde a tentativa de entender os motivos por essa diferença entre a população carcerária feminina e masculina, até a busca de motivações, os contextos e as especificidades da mulher criminosa. A pesquisa não pretendeu entender sobre a criminalidade ou as motivações criminais das jovens que cumprem pena de internação, porém é importante entender as discussões sobre criminalidade feminina antes de pensar nas formas de punição, “formais e informais” (MATOS, 2008, pág. 16), uma vez que a medida com que o desvio feminino é encarado pelo sistema judicial influencia diretamente na forma com que a punição irá se estabelecer sobre a população feminina.

O criminoso está no imaginário social geral, pensa-se nas suas motivações, sua moral, seu contexto social, seu lugar na sociedade, as formas de lhe punir e, quem sabe, lhe “consertar”. Entre tantas coisas, o criminoso é um elemento constitutivo da sociedade e é repudiado, afastado, culpado e punido, não só no ato de prisão ou de cumprimento da pena, mas também em toda a sua existência de inimigo do bem e da boa moral. O criminoso que existe no imaginário social nada se assemelha ao político corrupto, branco e com boas condições sociais, educado e simpático. O criminoso tem uma máscara muito especial de desviante, é o desempregado, o pobre, o negro, o marginalizado, aquele que pouco se enquadra nos padrões impostos pela sociedade geral.

Quando tratamos da mulher, não é diferente. A mulher criminosa não é vista como a mulher ideal: ela não é uma boa mãe, não merece ter filhos; ela está fora do seu lugar, está no âmbito público; ela não é feminina; ela não é submissa, é vulgar; entre outras coisas mais, ela não é mulher.

Para tratar de uma construção histórica da transgressão feminina, será utilizada, principalmente, uma das autoras que elucida como se deu o desenvolvimento desses estudos. Raquel Matos é autora do livro “*Vidas raras de mulheres comuns – percursos*

de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas”, publicado em seu país, Portugal, em 2008.

a. Perspectivas bio-psicológicas e positivistas

Segundo Raquel Matos (2008), os estudos iniciais sobre criminalidade feminina eram pautados, principalmente, por características bio-psicológicas, com explicações biológicas, de desvio sexual, patológicas e masculinas. Esses surgiram no período de abordagens criminais positivistas, ainda baseadas em estudo secundário ao estudo da criminalidade masculina, acompanhando-o de forma retardada. Essas abordagens pautam que a mulher criminoso ou é uma “não mulher” – dentro dos padrões femininos da época – ou ela é “mulher demais”.

Dois autores foram responsáveis pelo início da criminologia feminina: Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, teóricos italianos do final do século XIX, que estudavam crimes masculinos, mas passaram também a tentar entender a criminalidade feminina. Formularam em conjunto análises da mulher criminoso baseada em características físicas, tomando por base uma tese de Lombroso de que existiria uma “criminalidade nata”, possível de ser captada na fisiologia. Para formular essa análise, procuraram na mulher características físicas de masculinidade, uma vez que isso indicaria sinais de desvio. Comparações anatômicas como tamanho do crânio e algumas comparações tidas como biológicas, eram determinantes para a caracterização desse desvio.

Thaís Dumê Faria afirma que a abordagem criminalística da época foi extremamente útil para justificar “cientificamente” as desigualdades sociais existentes na Europa em virtude do fortalecimento capitalista.

“No século XIX, o Estado necessitava das contribuições da ciência para justificar seus atos de controle das situações de contrastes sociais. Os “revolucionários”, criminosos, “anarquistas”, enfim aqueles que se insurgiam contra a ordem eram considerados vítimas de uma patologia ou da inferioridade racial. A criminologia, reconhecida como “ciência”, teve, como uma das suas funções, legitimar o controle do Estado sobre os insurgentes ao sistema. A função da criminologia não era limitada ao estudo e tratamento dos criminosos, mas à análise das diferenças sociais. Os pobres eram pobres porque inferiores e não em virtude de fatos históricos e sociais. O controle exercido sobre essa nova ciência não se limitava ao controle de criminosos, mas das categorias consideradas “indesejáveis”

para o progresso de uma nação. Para as mulheres, essa nova “ciência” teve o papel de comprovar a suposta inferioridade feminina, além de delimitar os comportamentos aceitos dentro da chamada “normalidade”, ou seja, comportamentos que não fossem contrários às normas sociais e aos papéis esperados para as mulheres.” (FARIA, 2010, pág. 6070)

Para Lombroso, assim como para toda essa perspectiva criminológica emergente, a mulher era considerada naturalmente primitiva, uma vez que as características *naturalmente criminosas* eram mais difíceis de ser encontradas, levando-os a sugerir que a mulher tendia a ser uma ofensora por natureza. Propõe uma representação dualista da mulher, que por um lado é boa, feminina e casta, por outro, má, prostituta e imoral. Sendo assim, a prostituição é tomada como principal modelo para a determinação da mulher desviante, caracterizando a mulher criminosa com sua expressão sexual, acusando-a de imoralidade.

Lívio de Castro também tratou da mulher como inferior na escala evolutiva. Em sua obra “A mulher e a Sociogenia”, publicada no Brasil em 1887, defendeu que as mulheres não poderiam ser professoras, porque possuíam o mesmo desenvolvimento cerebral de uma criança. Também afirma que a mulher não tinha capacidade desenvolvida de dominar e seria apenas um utensílio, que valia menos que uma propriedade. (CASTRO apud FARIA, 2010, 6071)

Essa abordagem biológica e causal teve influência em diversos estudos subsequentes. Entre estes, chama atenção a obra de Otto Pollak (1950), que busca entender a criminalidade menos expressiva da mulher, comparada com a masculina. Para o autor, as mulheres cometem tantos crimes quanto os homens, ou até mesmo mais que eles, mas existem tipos de crimes essencialmente femininos, como o aborto, a prostituição, a perjúrio, furtos, homossexualidade, etc. que frequentemente são acobertados por serem de âmbito privado.

Sigmund Freud traz para a criminalidade feminina, assim como Lombroso, um caráter sexualizador de seu comportamento, justificando os padrões de delinquência com o “complexo de castração, onde a mulher desenvolveria de forma errada suas características sexuais femininas e tenderia para características masculinas”. (MATOS, 2008, pág. 34)

Existe uma característica patologizante do desvio feminino, que diferencia a mulher normal, passiva e casta, da mulher sexualizada, perturbada e fora dos padrões

esperados, o que, na época, possibilitou a repercussão da histeria como doença feminina da mulher que fugia aos padrões. Ou seja, além de criminosa, doente. Essa característica muito se liga ao afastamento da responsabilização da mulher como desviante, colocando-a em contexto patológico. Em uma visão funcionalista, a mulher desviante, naturalmente imoral, sexualizada e masculina, serviria para a manutenção da mulher decente e da família tradicional, que sempre considerando a prostituição como crime, porém colocando a prostituta como reflexo da repressão sexual da sociedade como um desvio necessário para a manutenção da estrutura. (MATOS sobre DAVIS, 2008, pág. 37)

b. Perspectiva sociológica

Uma análise sociológica da criminalidade feminina surge no meio do século XX, ainda muito ligada às análises positivistas, porém com buscas causais não mais no biológico ou psicológico. Essa abordagem representou uma nova perspectiva metodológica, pois busca se pautar em estudos empíricos para a formulação de uma teoria de compreensão total da mulher ofensora.

Essa análise sociológica foi desenvolvida em duas faces, uma que pouco avançou no sentido de sair da visão positivista anterior, especialmente porque ainda tinha muito como base a noção causal da criminalidade feminina. Mesmo focando mais no ambiente social da mulher transgressora, essa análise se propõe a analisar os fatores que influenciam no comportamento criminal feminino, baseando-os principalmente no contexto familiar e na formulação de carreiras criminais femininas. Essa perspectiva também tem como base a noção de uma mulher tida como “vítima”, que comete crimes ou se envolve em situação de desvio por influência de uma figura de poder, constantemente a figura masculina.

A primeira face ainda tinha as teorias do desvio compostas por descrições de dados sociais ou culturais individualizados, que limitavam o entendimento de um contexto temporal e de socialização, procurando sempre termos causais gerais para comportamentos desviantes. A segunda face nasce no desenvolvimento de uma nova teoria sociológica do desvio, baseado no culturalismo, surgida nos Estados Unidos nos anos 1950, e consistiu em um afastamento não apenas metodológico do positivismo,

mas também em mudança conceitual, em posicionamentos principalmente construtivistas (LIMA, 2001, pág. 190).

Apesar da emergência dessas novas análises não terem uma base no desvio feminino, essa nova perspectiva teórica sobre o desvio possibilita espaço para as questões de gênero e criminalidade feminina. Possibilita analisar o desvio como um aspecto relacional, onde o comportamento do desviante

“é apreendido através de um processo de comunicação dentro de um grupo restrito. [...] a passagem ao ato delituoso seria o resultado de um excesso de solicitações de associações favoráveis à violação da lei dentro de um campo de forças antagonistas” (SELOSSE apud LIMA, 2001, pág. 190)

Essa perspectiva encara o delito não como caso isolado, anômico e pessoal, mas causa racional e inteligível ao próprio delinquente, que se encontra em determinada situação de desvio devido ao seu conjunto de oportunidades. O desvio seria uma consequência da própria estrutura social, econômica e cultural. O autor que melhor ilustra essa perspectiva é Howard S. Becker, que propõe que o desvio é algo não fixo, que se estabelece de acordo com o contexto social, onde cada contexto define e forma seu “outsider”, mas para além disso, o desvio é também a consequência para o rótulo de outsider. Sendo assim, Becker propõe que o interesse da teoria do desvio deve se localizar “menos pelas [nas] características pessoais e sociais dos desviantes do que pelo processo através do qual estes são considerados estranhos ao grupo, assim como por suas reações a esse julgamento” (BECKER apud LIMA, 2001, p. 192)

Dessa forma, é estabelecido na criminologia não só uma nova perspectiva do desvio, mas também uma nova metodologia, onde o interesse agora vai além de questionamentos causais, mas entender o lugar social do desviante e a sua perspectiva sobre o desvio. Além disso, entender também as instituições formais e informais de controle do desvio, sua localização política, econômica e social, sua punição e etc. Surge assim, a base da criminologia crítica.

Voltando para o desvio feminino, essa perspectiva crítica favorece também uma nova visão sobre o tema, que agora aparece com uma maior conscientização sobre as questões de gênero e buscam formular conceitos mais distanciados de fatores individuais e mais focados na aprendizagem e nas motivações sociais, culturais, políticas e econômicas dos crimes cometidos por mulheres. Segundo Matos, a tentativa agora é entender como “torna-se criminosa”, buscando entender biografias,

trajetórias, que muitas vezes se revestem de pobreza e violência, com mulheres que tem familiares com histórico de envolvimento em atividades criminais e uso de drogas. No internacionalismo mais puro, chega a tratar o desvio feminino também como consequência de regras impostas por uma sociedade patriarcal, onde o homem ou a figura masculina de poder é que decide quem é a mulher desviante. (MATOS, 2008, pág. 77)

Esses desdobramentos têm muita importância para o desenvolvimento das questões de gênero no estudo dos crimes, mas o crescimento desses estudos só é de fato intensificado com o movimento feminista, que introduz o estudo de gênero na criminologia de forma específica, não apenas como assessorio do estudo criminológico geral, principalmente focado no sexo feminino.

c. Criminologia feminista

Apesar de terem se desenvolvido de forma mais ampla e mais precisamente denominada como feminista, apenas nesse período “pós sociologia do desvio interacional”, aproximadamente anos 1960, os estudos criminológicos de gênero que criticaram as visões positivistas já se apresentavam antes. Porém, somente com essa mudança de paradigma que a sua ampliação e discussão se tornou mais viável, principalmente porque a perspectiva feminista se enquadra notoriamente no afastamento da criminologia tradicional e na elaboração de sua crítica. O novo contexto é favorável a essa crítica feminista. (MATOS, 2008)

Suas abordagens criminológicas não seguem apenas uma perspectiva teórica, sendo o interior da criminologia feminista diverso. Embora, então, não haja uma unidade na perspectiva criminológica feminista, trata-se de um amplo diálogo sobre mulher e o crime. As divergências internas se apresentam principalmente em críticas no âmbito dos estudos feministas, segundo Matos, em quatro principais tendências: a teórica, separatista, libertária e *gendercentric*.

A primeira tem por base o receio de feministas de associar teorização com ação política, afirmando que a teorização pode perder rigor, diante o comprometimento por interesses políticos. A tendência separatista defende que a criminologia e o Direito da mulher deve ser um campo de estudo separado da criminologia tradicional, uma vez que esta é baseada nas perspectivas dominantes e calcada em bases positivistas, que

impossibilitam uma visão de gênero mais eficaz. A tendência libertária propõe que os trabalhos feministas no âmbito da criminologia devem dar voz de forma privilegiada à mulher transgressora, para que ela traga seus significados aos seus atos e essa mulher como único sujeito que o investigador deve ouvir e a quem a investigação deve servir. E por fim, a tendência *gendercentric*, que critica a noção dos estudos feministas que se focam apenas no gênero, sem considerar pontos importantes como gênero e etnia, afirmando que as teorias tradicionais devem ser criticadas não apenas por serem andrôcentricas, mas também por serem etnocêntricas. (idem, 2008, pág. 100-103)

A amplitude dos estudos criminológicos feministas, mesmo sendo alvo de divergências, possibilitam novas perspectivas e metodologias de análise da mulher ofensora, partindo principalmente da crítica aos discursos tradicionais. Existem duas críticas que trato neste trabalho: a dupla desviância e a heterodeterminação.

A dupla desviância consiste na noção de que a mulher é punida e estigmatizada, primeiro por sua transgressão criminal e segundo pela sua transgressão aos papéis de gênero convencionais. As mulheres são, assim, consideradas mais perversas ou mesmo piores que os homens, uma vez que elas também não se enquadram no padrão mulher do patriarcado. Seria assim que a punição à mulher deveria ser, principalmente, moral.

Quando se trata da irracionalidade e heterodeterminação, considera-se que o desvio feminino é apresentado por algum tipo de coação. Existe uma ideia de que a “natureza” da mulher é incapaz de escolher racionalmente pelo crime ou pelo desvio, então ou ela é uma mulher coagida por uma figura masculina ao desvio, ou ela é uma mulher tida como masculina.

A criminologia feminista propõe desconstruir esses discursos “através da exploração de fatores de ordem social, como por exemplo a marginalização social e econômica das mulheres, o poder patriarcal ou os dispositivos informais de controle do comportamento feminino.” (idem, 2008, pág. 109) Buscam a ideia de que a mulher escolhe a via do crime entre outras opções que lhe parecem menos favoráveis, fazendo sim uma escolha racional. As críticas feministas têm a preocupação não só de criticar a forma com que a criminalidade feminina tem sido teorizada, mas também as implicações que essas concepções tem tido na forma de punição e tratamento da mulher pela justiça criminal, buscando criticar também discursos estereotipados de feminilidade e transgressão.

2.4. Gênero

Segundo Mireya Suárez (1999), a mulher surgiu na teoria sociológica moderna como uma categoria social distinguível por características ligadas à essência, tanto relacionada com características biológicas quanto como uma categoria universal fixa, sem alterações em tempo e espaço.

A categoria gênero emerge dos movimentos feministas que se estabeleceram no final dos anos 60 e início 70, busca desconstruir a noção de essência de comportamentos de acordo com o sexo biológico e principalmente trazer o caráter estruturante das identidades culturais, subjetividades e as relações sociais. O termo é uma categoria analítica, que agrega fenômenos sociais, históricos, políticos, econômicos e psicológicos. (KUCHEMANN, BANDEIRA & ALMEIDA, prelo)

O surgimento de tal categoria se deu, principalmente, pela tentativa de estabelecer uma desconstrução e desnaturalização da visão da mulher na sociedade. Sendo assim, gênero é também uma ferramenta política, que pretende provocar debates e mudanças sociais e buscar equidade entre homens e mulheres.

As discussões sobre gênero não pararam por aí. Essa noção inicialmente apresentada sofreu diversas críticas posteriores, entre elas a de que, apensar de ser útil para a crítica da desnaturalização dos comportamentos, acaba por reproduzir a dicotomia entre natureza X cultura, impossibilitando que seja percebido o quanto o corpo e a sexualidade, tidos como naturais, são elementos também em construção e o quanto os discursos hegemônicos de gênero e também de raça os transforma. Obscurece que os corpos e a sexualidade possuem história, movimento e pluralidade. (HARAWAY apud SUARÉZ, 1999, p.6)

Além disso, “o mero uso do termo gênero, sem mudança de perspectiva teórica, faz com que se estudem coisas relativas a mulheres, sem questionamento do que as relações entre homens e mulheres estão construídas como estão, como funcionam e como se transformam” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 744). Assim, o processo de naturalização da dominação masculina, acaba por ser também obscurecido, uma vez que não se estabelece o processo pelo qual a construção da subjetividade e da individualidade perante ser genérico determinado e construído socialmente sobre os corpos e as estruturas psicológicas. (SAFFIOTTI, 1992)

Essa perspectiva, onde gênero é uma estrutura fundante e construtora de subjetividades e relações, passa a surgir dos anos 1990 em diante. Permite entender como, tradicionalmente, as relações são moldadas por categorias psicológicas nas fases da infância e adolescência, que determinam a diferenciação de categorias homem-mulher. Essas se apresentam como binárias e são estabelecidas como estruturas de poder e subordinação.

“Hoje, a grande questão da disciplina é a seguinte: se dessencializamos o gênero, retirando a biologia de seu determinante, mas continuarmos a constatar hierarquia de gênero, tentando modelos explicativos que substituam a biologia na determinação da universalidade dessa hierarquia, podemos chegar a conclusão de uma ordem ou uma estrutura abstrata. Uma estrutura é mais das instituições que dos sujeitos sociais que por elas transitam; que faz parte antes do mapa cognitivo com que esses sujeitos operam do que de uma identidade estável supostamente inerente a sua constituição. Essa identidade, longe de ser inerente e determinada de antemão, vai se imprimindo no sujeito como parte do processo pelo qual emerge como um ser social a partir das identificações em que ele se envolve. A leitura dos seus próprios signos anatômicos é, ali, nada mais que uma referência que conduz a sua construção de uma identidade, mas essa leitura ou interpretação da relação entre sua identidade e esses signos ou inscrições anatômicas é sempre individual e bastante aleatória.” (SEGATO, 1997, p. 11)

Sendo assim, o masculino e o feminino são um arcabouço ideal, que não necessariamente se associa em todos os graus com a realidade. Os gêneros não se apresentam da forma com que se estabelecem e são passados na socialização. Na realidade, é problemático e descontextualizado essa forma fixa de se estabelecer o feminino e o masculino, uma vez que são categorias relativas e flutuantes, que permitem a sujeitos sociais a transição. (SEGATO, 1997, pág. 4)

Entretanto, no seio de instituições totais esses lugares ressurgem, estipulando anatomias e comportamentos uniformes. (SEGATO, 1997, pág. 4) De fato é curioso observar que as instituições totais possuem um forte reflexo de toda a ideologia do patriarcado, estabelecendo e reforçando papéis opostos entre homens e mulheres, buscando sempre reestabelecer o desviante para seu lugar socialmente estabelecido.

Por fim, gênero será ora incluído nas análises relacionadas à influência no tratamento e na punição das jovens internas na UISM e fazer uma breve tentativa, na conclusão, de propor entender como essa perspectiva poderia mudar se fossem utilizadas noções de gênero menos calcadas ainda no biológico e mais calcadas na

individualidade do processo de construção individual dessas jovens, interpretando essa categoria como um formador de identidades múltiplas que merecem e devem ser respeitadas pela instituição. Para além disso, pretendo também esboçar uma breve análise relacional entre gênero-classe-raça.

2.5. A medida socioeducativa de internação e sua abordagem de gênero

No contexto brasileiro, a abordagem de gênero dentro de instituições prisionais e de internação socioeducativa é uma iniciativa recente, pouco ampliada e que caminha a passos estreitos e lentos. A primeira iniciativa que tratou sobre o contexto de mulheres em situação de prisão no Brasil foi em 2003, quando o governo nacional inaugurou a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Estipulou-se, em planos e pactos herdados dessas políticas, mais especificamente em 2007, a garantia dos direitos das mulheres em situação de prisão. (MACHADO & VERONESE, 2010, p. 1)

Inicialmente, essa política não especifica a situação de adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Uma política nacional que se aplica no caso de perspectivas de gênero no caso de internação ou institucionalização de jovens que tem caráter nacional é o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O documento inclui em sua pauta a necessidade de respeito à diversidade de gênero, como parte da própria lógica pedagógica da instituição.

O projeto político pedagógico construído em 2013, que rege as unidades de internação do Distrito Federal, possui um nicho que inclui diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual como um eixo de ações a ser alcançado. Nesse nicho são colocadas várias ocasiões onde os direitos de socioeducandas são negligenciados, dando ênfase no tratamento diferenciado que é dado a meninas e a meninos e sobre a perpetuação de uma cultura machista e patriarcal. Assim como são levadas em consideração os problemas em promover uma melhor percepção dos jovens sobre a identidade de gênero e orientação sexual. (BRASIL, 2013)

Diversos estudos sobre internações socioeducativas trazem os mesmos dados sobre a situação de jovens sobre o sexo feminino: assim como as mulheres encarceradas, elas são deixadas de lado e têm seus direitos negligenciados. As especificidades de gênero são, na maioria das vezes, deixadas de lado e quando são

atendidas, ou são apenas relacionadas a questões de saúde - principalmente quando se trata de gravidez -, ou servem para reforçar papéis sociais hegemônicos do feminino e do masculino.

Rochele Fachinetto (2008) traz em seu trabalho de conclusão de mestrado em filosofia e ciências humanas um bom exemplo de como a medida socioeducativa se torna uma espécie de reeducação do papel social feminino para jovens que cumprem regime de internação. A unidade de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul, onde a unidade é referência por ser menos parecida com uma casa de detenção e são executadas diversas atividades recreativas e culturais, é seu objeto de estudo. Entretanto, essas atividades são baseadas em uma “natureza feminina”, promovendo incentivos para limpar a casa, lavar roupa e remete a uma noção de “casa de bonecas”.

CAPÍTULO 3

A trajetória da internação feminina – Do CAJE à UISM

A Unidade de internação da Santa Maria (UISM) começou a funcionar em março de 2014 e foi planejada para receber jovens que cumprem medida socioeducativa de internação, inicialmente somente do sexo masculino, mas a unidade acabou tomando um caráter misto, após a transferência das jovens do sexo feminino para a unidade. A unidade surge em um momento revolucionário para a internação socioeducativa no DF, uma vez que vem substituir a Unidade de Internação do Recanto das Emas, que atendeu a internação feminina após sua saída do Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, até então o principal centro no DF.

4.1.O caminho de desativação do CAJE

A instituição CAJE surge em 1994 em resposta ao ECA (1990), sendo alocado a uma estrutura física de 1983 que era denominada de CETRO – Centro de Triagem e observação de menores. A unidade vem para abrigar os jovens da Comunidade de Educação, Integração e apoio de menores e família – COMEIA -, que era responsável pelo acolhimento e tratamento de jovens infratores ou com desvio de conduta, que foi desativado em 1990 por ser incapaz de promover tratamento eficaz e humanitário aos jovens por deficiência de recursos humanos, financeiros e materiais. (AGUIAR, 2006)

O histórico do CAJE conta com modificações que o afastam cada vez mais da antiga COMEIA. Esta possuía um forte objetivo de acolher jovens e educar, o que não foi possível se estabelecer na COMEIA pelos motivos citados acima e muito menos no CAJE, uma vez que nenhum desses recursos foi suprido com a transferência dos jovens. Com o tempo, devido a conjunturas políticas e sociais, a constante ocorrência de rebeliões culminou na entrada da polícia civil com a intenção de reestruturar a instituição. O fato acarreta diversas mudanças no objetivo da instituição, elucidado, por exemplo, na substituição dos agentes sociais por agentes de segurança, que passam a se desvincular dos jovens e manterem-se cada vez mais afastados destes, separando os fisicamente e promovendo o uso de cassetetes, algemas e técnicas de defesa pessoal. (AGUIAR, 2006)

Desse momento em diante o CAJE é marcado por diversas rebeliões, não apenas pela necessidade de melhor segurança, mas também pela necessidade de melhores condições físicas, pela superlotação, pela qualidade dos alimentos e da higiene, pela necessidade da efetivação da intenção de uma unidade de medida socioeducativa, de educar, reintegrar e proteger o jovem. O perfil degradante e desumano do CAJE se mantém por vários anos, sendo acusado de casos de tortura, maus tratos, além da violência predominante e casos de assassinatos internos.

O ponto ápice da crise no CAJE foi no final de 2012, onde em um mês 5 jovens foram assassinados e por pressão política onde foi estabelecido que a Subsecretaria do Sistema socioeducativo do DF deveria promover a desativação da instituição até o final de 2014. É a partir desse tratado que começam as construções das novas unidades e a transferências dos jovens até, por fim, a desativação completa e demolição do CAJE. As unidades que passaram a receber os jovens foram a UNIRE (Unidade de internação do Recanto das Emas), UIP (Unidade de Internação de Planaltina), UISM (Unidade de Internação de Santa Maria) e a UISS (Unidade de Internação de São Sebastião). (Dados da SUBSIS). As duas primeiras já haviam sido **criadas** para tentar desafogar a superlotação do CAJE, ambas construídas em 2006. (SUBSECRETARIA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO - SUBSIS)

Todas as informações sobre a internação feminina que são expostas no presente trabalho são frutos de entrevistas com servidoras do CAJE e da UNIRE, que eram responsáveis pela equipe de referência do módulo feminino, ou seja, a equipe que tratava das questões relacionadas à assistência social, atendimento psicológico e pedagógico e acompanhamento de caso das jovens em medida de internação e que cumpriam medida provisória. E também com servidoras que atualmente atendem as jovens na UISM, nas gerências específicas para a internação feminina. Através da entrevista foram reconstituídas as condições das jovens nessas unidades, abordando a saúde, a relação com a segurança e o caráter do tratamento dado pela instituição para as internas.

A internação feminina esteve presente na história do CAJE desde os anos 80, e abrigava tanto as jovens em internação provisória quanto as sentenciadas, o que provocava picos de superlotação. Por serem em menor quantidade, as jovens ocupavam apenas um módulo, onde a única separação era os quartos das sentenciadas dos quartos das provisórias, independente de serem maiores ou menores de 18 anos. O módulo era composto por 9 quartos, sendo 02

destes das jovens vindas da Delegacia da Criança e do Adolescente – DCA, que ali pernoitavam à espera da decisão do juiz pela internação provisória ou não. A internação feminina era submetida à decisão da direção geral da unidade, não havendo nenhum tipo de ótica específica para as necessidades das jovens. Essas foram as primeiras a serem transferidas do CAJE para a UNIRE, em agosto de 2012, por serem em menor número e, portanto, mais fácil sua transferência. Esse seria o primeiro passo para a desativação do CAJE. Porém, a transferência trouxe poucos avanços para a internação feminina, tratando apenas de uma mudança estrutural que buscou mostrar resposta efetiva às constantes críticas que envolviam o CAJE.

Na realidade, a questão da delinquência das jovens sempre foi complicada no DF. Apesar de previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, as questões de gênero sempre foram pouco abordadas pela instituição, uma vez que não havia nenhum atendimento específico para as jovens nas diversas questões de saúde, segurança, atendimento psicológico e social. Além disso, as meninas não contavam com uma Semiliberdade, o que limitava muito a possibilidade de progressão de medida e sempre acabava deixando apenas uma alternativa para a definição da pena: a internação. A semiliberdade passou existir somente no ano de 2014, como resultado de diversos engajamentos internos de servidoras que trabalhavam com as meninas e percebiam a necessidade de uma alternativa que não limitasse a pena à restrição de liberdade e principalmente que possibilitasse uma continuidade do trabalho dos socioeducandos na progressão de medida, da internação para a semiliberdade, da semiliberdade para a liberdade assistida e por fim para a liberação completa da jovem.

4.2.A saída das jovens da UNIRE para UISM

Ainda na UNIRE as jovens tiveram diversos problemas, não só com os agentes, mas também com os servidores das gerências e da saúde. Aos poucos, no decorrer do trabalho muitos desses problemas serão descritos de forma mais detalhada e partindo de trechos de entrevistas realizadas. O que importa nesse momento é entender os principais problemas que trouxeram as jovens a UISM.

A unidade atual que abriga as jovens é uma unidade mista, porém não existe o contato entre os jovens do sexo masculino e do sexo feminino, eles não se encontram na escola, nem em oficinas, a intenção é que os módulos femininos sejam isolados, sem contato com os masculinos. E é dessa forma que acontece, os módulos femininos são separados por um grande muro de concreto, que os isola, não só dos módulos masculinos, mas de todo o resto da unidade: escola, enfermaria, quadra de esportes, enfim, tudo. O grande diferencial da internação feminina da UISM é que hoje as jovens são atendidas por duas gerências específicas: a gerência psicossociopedagógica e a gerência de segurança. Elas possuem também uma pedagoga e uma assistente social que funcionam como uma equipe de apoio e atendimento, além das gerências.

Ao iniciar a pesquisa, me pareceu uma estrutura muito bem organizada para as jovens. Entender como ela foi construída ficou sendo um dos seus objetivos. Ao conversar com as servidoras, me parecia que havia uma iniciativa positiva da Secretaria da Criança e da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo que essas jovens recebessem um novo tipo de tratamento, porém a situação se mostrou bem mais complexa. A transferência das jovens do CAJE para a UNIRE foi um processo acelerado e desorganizado, que foi feita para mostrar que a desativação do CAJE estava sendo realizada. Segundo relatos sobre o CAJE, ali foram 30 jovens mortos, várias rebeliões, sendo que o estopim foi a morte de um jovem de classe média.

O seguinte trecho da entrevista com as servidoras do CAJE e UNIRE ilustra a forma que a transferência foi realizada:

Amanda: “Tava tendo várias mortes (no CAJE). Sempre teve o bafafa: “CAJE não é legal, tem que demolir o CAJE, o CAJE tem que acabar porque é uma merda”. Ai, assim, a secretaria queria muito acabar com o CAJE, mas ai... minha leitura, não é o que falaram... vamos começar a desinstalar o CAJE pelas meninas, porque na pratica eram 20, então era mais fácil tirar do módulo das meninas”.

Luana: “Aí foi um evento simbólico, porque foi um show. Tinha TV, batedores da polícia...”.

Amanda: “Como se fosse o primeiro passo pra desativar o CAJE. Mas foi assim, passou na TV antes de todo mundo ficar sabendo [que iam tirar as meninas do CAJE], ai a gente ficou um tempão se preparando para essa mudança e tal, mas a mudança só aconteceu uma semana depois da morte de um adolescente lá, porque

quando tem uma morte tem a necessidade de mostrar que tá fazendo alguma coisa, aparecer na TV com alguma coisa. Tirar um diretor, afastar alguém, fazer alguma coisa pra mostrar na TV”.

Luana: “E esse menino que morreu era de classe média, pra agravar a situação”.

Amanda: “Tava muito tenso o CAJE, já tava nessa coisa de demolir o CAJE. E aí a primeira coisa era transferir as meninas e cricri... Cadê? A gente não vai? Quando a gente vai? Só que aí foi a morte do menino que acelerou. Se ele não tivesse morrido a gente tinha ficado lá...”.

Dessa forma, nada foi planejado, as jovens chegaram na UNIRE de forma desorganizada, para uma equipe de segurança e administração que não estava preparada para receber uma internação feminina, nem mesmo lidar com jovens que cumpriam medida de internação. Segundo Luana, a internação feminina “foi empurrado goela a baixo, na verdade, elas nunca nos quiseram por lá. Foi imposto”.

Com a falta de preparo vieram as consequências e as dificuldades que as jovens passaram na unidade, relatos de maus tratos, discriminações, ações truculentas da parte das agentes e um presente despreparo para lidar com as jovens, descaso com seus direitos. Tudo isso levou a equipe de referência não só denunciar, mas também sugerir que as famílias denunciassessem para a promotoria pública todas as situações que representassem negligência aos direitos das jovens. Somado a isso, a equipe de referência também passou a pressionar, por meios de relatórios que a semiliberdade feminina fosse aberta, uma vez que era prevista em lei e era a melhor alternativa para que muitas jovens que estavam na internação, pudessem cumprir uma medida que não fosse restritiva, uma vez que suas infrações e a situação como se desenvolveu os fatos possibilitava o direito de uma semiliberdade, o que era impossível se esta não fosse finalmente criada no DF.

Essa pressão era feita da seguinte forma: a equipe de referência passou a fazer seus relatórios indicando que a jovem deveria ir para a semiliberdade

Luana: “A semiliberdade já era prevista em lei. E da mesma forma que a gente vê no sistema prisional, no que diz respeito ao sistema socioeducativo existe aí uma questão de gênero muito delicada. Há várias semiliberdades para meninos, as unidades de internação são pensadas no ponto de vista do ser humano do sexo masculino. E aí a gente tinha meninas que, a gente detectava isso muito facilmente no atendimento, que eram meninas que pela natureza do ato infracional, pela forma que se desenrolaram os fatos estariam em uma semiliberdade, mas por não haver uma semiliberdade, elas eram colocadas na

internação. Não era um ou dois casos, eram vários. Então essa questão de gênero nos incomodava [...] E a gente sempre fazia o relatório com o que tinha de medida disponível, da internação provisória, e, por exemplo, às vezes tinham meninas que iam progredir pra Liberdade Assistida, mas não tava no tempo ainda, se tivesse uma semiliberdade, até pra que se concretizasse a mudança que a gente buscava para as meninas, se tivesse semiliberdade seria uma ponte pra uma coisa mais cadenciada. E aí a gente chegou a conclusão, a equipe, isso já Na UNIRE, com a pedagoga, nós chegamos a conclusão que nosso parecer técnico não deveria se limitar a fragilidade do Estado, que tinha preconceito, era um preconceito contra as meninas a partir do momento que a semiliberdade não existia, então a gente começou a pressionar via relatório. “

Amanda: “Porque depois disso, a gente colocava no relatório e aí começou a acontecer o seguinte: a vara da infância aplicava a medida de semi, porque tava no relatório, o que já acontecia sem estar no relatório algumas vezes, mas poucas. Mas começou a ser bem frequente, que eles aplicavam medida de semi, mas quando o juiz da vara da infância aplica a medida, ela vai pra vara de execução, que vai executar a medida, né? E aí, quando chega uma medida de semiliberdade, sendo que não existe uma casa feminina, ele tinham que rever e virava aquela bagunça, tinha que voltar pra outra vara, para que desse outra decisão, porque aquela era inviável de ser aplicada. E nisso, a própria justiça, até com articulação nossa com o Ministério Público, começou a acionar a Secretaria da Criança pra que fosse feita, estipularam até multa teve uma época. Aí o que a gente ouvia era assim: “É muito chato a secretária ir pra uma reunião com a justiça e ter o dedo apontado na cara dela. E isso fica ruim, né? Seria uma pena se vocês tivessem que sair da equipe, porque o trabalho de vocês é tão bom, né? Vocês terem que ir mexer com meninos e tudo mais, por conta disso. Ai a gente falou “bom, eu vou continuar colocando, porque eu acredito que é o que precisa ser feito, sem essa pressão, sem botar o dedo na cara, não vai sair Quem vai prejudicado são as meninas. Então a gente vai continuar”. Mas até que a gente parou por um tempo, quando a gente viu que tinha causado uma treta bem feia, a gente parou.”

A situação se agravou após o surgimento das constantes denúncias por parte da equipe e das famílias culminaram não só na transferência das jovens, mas também na dissolução da equipe de referência, que acabaram não continuando nas mesmas unidades e nem com a internação feminina:

Luana: “Aí dissolveram a equipe, sobre aqueles fatos que eu te falei, as meninas eram muito mau tratadas na UNIRE, tinha muita queixa de família, a justiça começou a rolar uma série de investigações e uma das coisas que eles fizeram para nos punir, porque a gente deu início a esse movimento, a gente orientava as famílias dos direitos, as próprias adolescentes. Aí eles dissolveram a equipe e tiraram a gente”.

Amanda: “E tiraram as meninas de lá, como forma silenciar. Em uma semana providenciariam a mudanças delas pra Santa Maria. Aí me chamaram e falaram “oh, você vai ter que ser afastada, porque são denúncias muito sérias e pra poder não atrapalhar nossa investigação a juíza me recomendou que

todas fossem afastadas, que todo mundo que trabalhe com as meninas fossem afastadas”. Assim, a gente sabia que tava ouvindo uma lorota. Falaram: “a gente tá mudando as meninas pra Santa Maria por conta de dá um atendimento mais qualificado pra elas, porque lá vai ter tipo uma unidade dentro da unidade, vai ter uma gerência de segurança específica, socioeducativa específica”. E falaram "vou afastar vocês hoje e semana que vem elas vão pra Santa Maria, mas eu estou convidando vocês pra ir fazer parte da equipe em Santa Maria". Teoricamente era pra ser com as meninas, né. Aí eu já de cara recusei, não aguentava mais”.

A passagem das jovens para a UNIRE acarretou diversos problemas no trabalho que estava sendo feito no CAJE principalmente na mudança da equipe de segurança responsável, os atendimentos disponíveis e outros fatores. Já a transferência para a UISM foi uma consequência de todo o descaso e a negligência da UNIRE, sendo mais uma transferência que provocou mudanças na internação feminina e uma quebra no tratamento das jovens, o que para um atendimento socioeducativo não é nada positivo. Perdeu-se uma equipe que buscava entender as questões de gênero e que dava valor às queixas das jovens, buscavam uma construção não apenas limitada em questões morais, mas também em criar perspectivas futuras.

4.3. A internação feminina em três fases: CAJE, UNIRE e UISM

Os principais fatores que foram expostos na pesquisa como pontos importante na trajetória da internação feminina nessas transferências foram: estrutura física, saúde, contato com os jovens internados nos módulos masculinos, direitos sexuais e reprodutivos, visão das unidades das jovens, visitas e oficinas.

a. Estrutura Física e Administrativa

III – UISM, CAJE e UNIRE

No primeiro dia em que a unidade foi visitada, foi possível conhecer todas as suas instalações, que atendiam não só a internação feminina, mas também aos jovens. A primeira impressão que a unidade passa é: “estou em um presídio!”.

Ao longo da pista principal da cidade da Santa Maria (DF), vê-se uma enorme instalação, instituição total traduzida em sua estrutura física (Gofmann, 1974, p. 16), com muros altos de concreto, vários arames farpados fazendo círculos por cima dos muros e em cada aresta uma torre de vigilância – pequenas guaritas no alto de cada ponto. Seguindo a

pista em direção à unidade, que é cercada por mato, há grades, onde bem no meio há um portão também muito grande e com grades grossas, onde se encontra a guarita dos guardas. Entre essas grades e o grande portão, existe um bloco onde fica a parte administrativa da unidade. Também se localiza nesse bloco a área de revista, onde os/as visitantes passam antes de entrarem na área dos/as jovens.

Dentro dos grandes muros, há uma pequena área de convivência, com bancos e mesas de concreto, aonde os jovens vão ao atendimento com os defensores e advogados, e nas visitas. Há a escola, área para oficinas, quadra de esportes, auditório, horta ainda desativada, 10 módulos masculinos, área de atendimento da saúde e outra destinada aos servidores da segurança, e uma cozinha desativada. Todas as instalações têm a estrutura parecida, de pequenos blocos de concreto retangulares com janelas com vários quadradinhos de vidro. Exceto os módulos, que as janelas são localizadas apenas na parte superior da parede. Após essa estrutura existe outro grande muro, também com arame farpado e uma porta de ferro envolta por grades, que dá entrada para a área onde ficam os módulos do sexo feminino e mais um bloco destinado a oficinas. São 5 módulos femininos, sendo só que 3 estão funcionando, um para as jovens maiores de idade, outro para as jovens menores e o último para as jovens em internação provisória.

Na entrada do módulo das jovens, tem-se um pequeno hall que possui 3 portas. Uma das portas dá para o plantão, que possui um painel de vidro enorme virado para o interior do módulo, por onde elas podem ver tanto os quartos quanto a área onde as jovens ficam no banho de sol. Outra porta dá para a sala de atendimento, onde as gerentes e a equipe de referência atendem as jovens. Por fim, a porta que dá para a área de convivência, uma grande sala com bancos e mesas de concreto, além de uma pia. Nessa sala, surgem mais três portas, duas são para os quartos das jovens e a última de outra sala pouco menor, onde o teto é apenas uma grade, permitindo que o sol tome conta do local.

Os quartos das jovens são muito pequenos, feitos para apenas uma jovem. Possui uma cama de concreto, com um colchão em cima e uma mureta que separa o quarto da área do banheiro, onde tem chuveiro e vaso. Havia quartos com 3 jovens nas unidades das internadas, onde uma dormia na cama e duas no chão. Nos quartos haviam também roupas penduradas, algumas prateleiras com os pertences das jovens e um espelho.

As instalações são novas e são mantidas limpas pelas internas. A jovem que se comporta bem pode ajudar a limpar as instalações do módulo, tendo a oportunidade de ficar um tempo a mais fora do quarto para isso, que é o que prezam muito.

Segundo relatos das servidoras, as instalações do CAJE, em geral, eram ruins. Antes de entrar no módulo feminino era possível ver a sala da monitoria, onde ficavam as agentes, com um banheiro que era por elas utilizado. Ao lado ficava a sala de atendimento da equipe de referência, onde as profissionais atendiam e conversavam com as jovens. Dentro do módulo havia uma salinha de monitoria, envolta por grades, onde era necessário passar para entrar e sair do pátio onde ficavam os quartos. Esse pátio era metade descoberto e possuía alguns bancos de concreto, onde as jovens tomavam sol. O módulo possuía 7 quartos, com apenas um pequeno buraco gradeado para a ventilação, segundo a descrição de Amanda, integrante da equipe:

“O quarto das meninas tinha só um pequeno buraquinho para ventilação, era muito escuro, muito abafado, muito quente no calor e muito frio no frio.” (trecho da transcrição)

Quando se trata da UNIRE, a estrutura física foi elogiada pelas servidoras, sendo definida como melhor que a do CAJE e até mesmo que a UISM:

“Amanda: Lá (na UNIRE) é uma casa onde tem quatro quartos de cá e quatro quartos de lá. A monitoria fica no meio com as grades. Ai tem uma área de convivência de cada lado e também tem tipo uma miniquadrinha no fundo. Uma lavanderia. Os módulos são todos assim, uma repetição. Lá tinha dois pátios, dois espaços que dava pra fazer um banho de sol que ela não pudesse chegar até o quarto da outra, mas no CAJE não tinha, então era mais complicado. A estrutura da UNIRE era muito melhor, os quartos eram muito mais ventilados e tinham muito mais iluminação. As meninas viviam com problema de pele quando era no CAJE. Eu costumo dizer que a estrutura física da UNIRE é a melhor que tem, de todas as unidades, inclusive das novas. Acho que a estrutura física lá, a composição dos módulos, o fato de ser como uma casinha, uma aqui, outra ali. E tem um espaço verde entre elas, tem piscina, é bem melhor o ambiente. No CAJE era um amoutado de coisas.”

A composição administrativa da UISM é o diferencial da unidade. Além da típica estrutura de servidores da unidade: gerente de saúde, diretor e vice-diretor, socioeducadores, agentes, etc, a unidade conta com uma diferenciação da gerência de segurança e a gerência psicossociopedagógica, que são específicas para os módulos femininos. Essa divisão surgiu como sugestão de uma das integrantes da equipe de referência das unidades anteriores:

Amanda: “O que foi criado na Santa Maria foi criar uma equipe de segurança específica para as meninas e uma gerencia sociopsicopedagógica também específica. Que foi uma ideia que, modéstia a parte fui eu que dei, porque as decisões, por mais que tenha uma equipe de referência para aqueles adolescentes, tem certas decisões que a equipe não tem autonomia pra tomar. A gente via que muita coisa que era decidida pra toda a unidade pela gerencia de segurança era pra atender 90% de meninos e as 10% de meninas, mas tinha coisa que era padronizado que não fazia sentido uniformizar se os meninos eram diferentes das meninas e tinham coisas que podiam ser diferentes no caso das meninas. [...]Que a gente tivesse uma independência, que é muito pra gerencia de segurança, porque a gerencia psicossocial no atendimento de meninos e meninas não tem uma grande diferença, a grande diferença é na hora de cuidar da segurança. Por isso que eu sugeri. A gente ficava sempre esperando que um dia ia ter a unidade só feminina, que a gente pudesse nem lembrar que existe problema de menino tá se matando dentro da unidade. isso não acontecia entre as meninas. Mas não ia vir, então pelo menos que a gente tivesse uma independência administrativamente. Foi isso que eles fizeram na Santa Maria, não sei como estão implementando isso na prática, mas era essa a ideia. Uma equipe específica tem, o que nunca teve é essa coisa de pensar em um projeto pedagógico diferenciado só para as meninas, pensar em uma gerencia de segurança com regras diferenciadas, porque tem que ser mesmo, não tem necessidade de ser iguais as regras de segurança pra meninos e meninas. É totalmente diferente”.

b. Acesso à Saúde

No CAJE o atendimento médico era interno, onde haviam não apenas enfermeiros, mas médicos, técnicos em enfermagem, atendimento psiquiátrico, programa de atendimento à saúde mental, conforme descrito por Luana:

Luana: “No CAJE havia um serviço médico muito bem estruturado, duas pediatras muito boas, enfermeiras, técnicos de enfermagem e uma psiquiatra que ia fazer atendimento lá. Existia um programa de atendimento mental dentro do CAJE. A saúde no CAJE, apensar de alguns atropelos, funcionava muito direitinho, havia no núcleo de saúde uma equipe interdisciplinar: assistente social, psicóloga, gente do administrativo... e a saúde lá funcionava até muito bem, funcionava como um mini posto de saúde”.

Na UNIRE o atendimento médico não se apresentou tão eficiente como no CAJE. Na unidade ocupada pelas jovens de 2012 a 2014 não havia atendimento médico, apenas enfermeiros e técnicos de enfermagem, e o atendimento dependia muito da boa vontade dos agentes da área de saúde para serem encaminhados e também de uma equipe de transporte para serem levadas às consultas externas, o que exigia uma logística para funcionar bem. O argumento da ausência do atendimento interno completo era para que não transformasse a

unidade de internação em uma “instituição total” (GOFFMAN, 1961) para que assim fosse possível o jovem ter acesso ao meio externo e se comunicar com este.

A discussão que surge na tentativa de manter o jovem com contato com o mundo externo, segundo as servidoras para “evitar a formação de uma instituição total”, mostrou que ainda há muitos problemas nessa tentativa, uma vez que o acesso a rede depende de uma estrutura muito bem organizada de escolta, de programação de atendimento e de diversos fatores que possibilitassem um diálogo com a rede pública de saúde. Para além disso, também existem casos que são simples e mobilizar toda uma equipe para deslocar um jovem é muito complicado, apenas um médico na unidade poderia resolver imediatamente o problema.

Segundo as servidoras, as queixas na UNIRE eram inúmeras e por mais que elas buscassem ajuda, sem uma gerência específica feminina e sem uma intenção da unidade de buscar por alternativas para atender aos problemas dessas jovens a situação não melhorava. A unidade não foi preparada para receber uma internação feminina, não tinha o menor trato com as dificuldades e os desafios de respeitar os direitos dos jovens, sempre reproduzindo a ideia de que eles são delinquentes, que merecem a punição e sofrer faz parte do processo.

O atendimento médico da UISM funciona da mesma forma que na UNIRE. Eles contam com uma enfermeira, que é a gerente da saúde e seis técnicos em enfermagem. Em caso de necessidades de consultas ou emergências, ou mesmo acesso a alguns medicamentos, necessitam de escolta para o jovem e essa escolta nunca chega rápido. Segundo uma das técnicas de enfermagem, é importante a noção de não determinar a unidade como uma instituição total, mas pelo menos um médico deveria ter para o atendimento na unidade. Nesse trecho, quando questionada sobre as principais queixas dos jovens, a técnica traz como um médico clínico facilitaria o atendimento:

Maria: “Olha, primeira coisa micose, é muito grande a incidência de micose aqui dentro. Até por conta de não ter lençol, compartilhar mesmo lençol, mesmo colchão, às vezes a mesma bermuda e daí vai. Depois vem as Doenças Sexualmente Transmissíveis, que muitos vem de fora, outros contraem aqui dentro; dentista, dores de dente, estomago, dor de cabeça”.

Polliana: “E quando têm essas dificuldades, vocês mesmos que conseguem fornecer analgésicos?”.

Maria: “É, analgésico a gente consegue, mesmo sem prescrição, porque... Conseguimos fornecer o paracetamol, se tiver qualquer coisa pra fornecer além disso [não tem como fornecer]... A

[enfermeira] às vezes consegue resolver a questão das micoses, aí ela tem uma especificidade que consegue tratar, o resto tem que ir pra fora. Por isso um médico clínico ia ser muito importante”.

A intenção de não transformar a unidade em uma instituição absolutamente fechada se mantém. Mas a logística da escolta ainda não possibilita que o atendimento dessa forma seja eficaz, acabando por comprometer o atendimento básico de saúde não só as jovens, mas a todos os internados na unidade.

c. A relação e o contato entre jovens do sexo feminino e masculino nas unidades de internação

Boa parte do tempo da internação feminina, tanto no CAJE como na UNIRE, houve momentos em que os adolescentes de ambos os sexos conviviam em ambientes como a escola e as oficinas oferecidas pelas unidades. A separação dos jovens se deu de forma definitiva no final da internação na UNIRE, antes de sua transferência para a UISM e veio como um facilitador do controle, uma vez que ter o contato entre os jovens era muito difícil de limitar as discussões e os relacionamentos que se estabeleciam.

A visão que as servidoras traçaram foi que a dificuldade estava principalmente no fato de serem adolescentes. O relacionamento não tinha relação com sua situação de desvio ou seu delito, mas tinha a ver com forma com que os adolescentes se comportam, não só em unidades de internação, mas em escolas, cursos, qualquer outra instituição que faça parte do cotidiano de jovens que faça com que eles se relacionem.

O trecho a seguir é uma parte da entrevista que com as servidoras que trata da questão do contato entre jovens do sexo masculino e feminino, em que mostra uma clara preocupação com o respeito às questões de gênero e a educação dos jovens buscando não perpetuar a opressão do patriarcado sobre as jovens:

Luana: “Eu acho que o contato é salutar, apesar de na escola dar uma confusão dos infernos, a gente tinha que buscar alternativas pra que esse contato viesse acontecer, porque elas vão encontrar no mundo da escola e em vários outros ambientes”.

Amanda: “O mundo é constituído de mulheres e homens, né?”.

Luana: “Isso. O problema é a instituição, não são as meninas com contato com os meninos, é a instituição que não consegue pelo menos reconhecer que ela não tá dando conta. Então você tá tapando o sol com a peneira, não tá assumindo nessa separação total, absoluta e restrita que você não tem

competência pra lidar com a questão, entendeu? Então, eu penso... chegou num momento lá na Unire que a gente ficou aliviado quando separou a escola dos meninos das meninas, porque dava problema, dá sempre”.

Amanda: “É, mas vai dar problema dentro de uma unidade de internação, dentro de uma escola, dentro de uma... de tudo. Porque assim, a questão maior era das conversas, troca de carta, beijo na boca, essas coisas. Lógico que ficar em um alojamento misto não tem condição, né? Acho que nem preciso explicar por quê. Mas a convivência em outros espaços seria muito saudável, muito saudável sim, pra elas. Lógico que um monte arruma namorado, arruma confusão, ai briga, mas a vida é assim, a vida é feita disso. Ainda mais de adolescente. Acho que quando você restringe muito com um sexo só, você acaba criando aquele efeito da instituição total, de descaracterizar a pessoa, ela questionar até a identidade dela, como muitas meninas ficam se questionando muito até na sua identidade sexual e tudo mais. Agora que dá trabalho dá, mas é o trabalho da gente mesmo lidar com isso. Por exemplo, a gente tinha muito problema, as pessoas achavam um problema, porque quando uma menina beijava um menino na boca, em algum espaço, oficina e escola, em algum lugar. A menina sempre ficava de castigo, o menino nunca... Ai a gente começou a ir atrás do pai do menino e falar "ou, esse menino ai beijou uma menina, a menina tá de castigo", tudo bem que não tem que manter a intimidade, mas os dois tem que ser corrigidos. Via de regra, se a gente não fosse atrás, não acontecia nada, sabe?”.

“Então assim, a gente só não queria perpetuar umas visões machistas, porque o povo sempre acha que adolescente que tá preso vai se atracar e transar na frente de todo mundo, porque tá com a sexualidade muito exacerbada. O que não é de todo mentira, mas também não significa que eles são patológicos por causa disso, que eles são todos tarados sexuais por causa disso. Eles estão em uma situação especial, que isso agrava, mas tem como a gente lidar sem ter que excluir essa convivência. E tentar reproduzir o mínimo possível esses preconceitos.”

As servidoras do trecho anterior conseguiam perceber um claro tratamento na unidade que favorecia os jovens e punia duplamente as jovens, mesmo que ambos tivessem cometido os mesmos erros, inclusive em uma mesma situação. Essa visão não era unificada nas unidades, na realidade, era bem peculiar. Outra entrevistada, que trabalhou no CAJE e hoje trabalha na UISM, alegou que as maiores dificuldades estavam no fato de que as jovens eram delinquentes, e por isso elas não eram o padrão ideal para que os jovens as respeitassem, gerando ofensas e agressões partindo dos meninos, sendo assim elas precisavam ser “corrigidas” para se relacionarem e conviverem com estes.

Daiane: “Eu acho assim, que na questão de maturidade delas, é toda uma questão que tem que ser trabalhada [o convívio com os meninos]. Têm vantagens, porque infelizmente quando elas chegam aqui, enfim, a imaturidade é gritante, as carências são gritantes. Então são pessoas que não estão acostumadas a conviver com regras, talvez se a gente olhar por essa ótica a gente vê que a gente tá

buscando, todo ser humano, independente da sua liberdade, ela tem que ter uma função, ela tem que saber lidar com regras. Então pensando nessa divisão como uma regra, a gente vê vantagem, é claro que a gente sabe que a questão do convívio é importante, porque, enfim, lá na sociedade tá todo mundo junto e misturado. Mas eu acho que tem coisas que precisam ser trabalhadas antes disso, até em nível de cuidados mesmo, com a saúde mesmo, to falando até da questão das DSTs, enfim, que a gente vê que as meninas chegam aqui muito descuidadas em vários aspectos. Então são trabalhos que precisaram ser feitos antes do que simplesmente "toma aqui o convívio", porque nem elas e nem eles sabem lidar direito com isso. E outra, os meninos não as veem com bons olhos, entendeu? E ela não tem essa percepção. Até essa valorização enquanto mulher, de como saber se portar, de se fazer respeitada, eu acho que as meninas precisam ter um pouco mais de contato com isso, porque elas também, de certa forma, na postura, na fala, elas se permitem a isso, como se elas fossem aceitas nesse mundo e não é bem assim. Eu acho que é um tipo de convívio que deveria acontecer, mas de uma forma orientada”.

Polliana: Como é essa questão dos meninos não aceitarem, como que é isso?

Daiane: “Não é questão de não aceitarem, não é isso. É questão de visões, não é aceitação de convívio, é questão de valorizar, de respeito, enquanto mulher, essas coisas”.

Polliana: “É como pensar que esse não é o lugar delas?”.

Daiane: “Não... no sentido tipo... de... como eu posso te explicar? Ah... entre uma mocinha de família, que estuda, bonitinha, nanana. Essa daqui, quem é? No mínimo uma infratora, é nesse sentido de... entendeu?”.

Existem dois pontos que são perceptíveis em ambos os trechos. O primeiro é que há, na instituição, uma tendência maior de se punir as adolescentes do sexo feminino, principalmente por elas não corresponderem ao padrão ideal de feminino imposto pela sociedade, conseqüentemente imposto também pela unidade. O segundo ponto é que nunca se pune o homem, pois já se espera que esse comportamento venha dele, seja no comportamento sexual ou nos comportamentos agressivos. Não importa se o comportamento dele é errado, a culpa é da jovem que não manteve seu papel de recatada, de submissa, no caso a jovem que não sabe se dar ao respeito. É a dupla punição que se instala também na moral.

O curioso é perceber que na fala das jovens o convívio com os jovens era visto de forma positiva:

Polliana: “Nas outras unidades vocês tinham contato com os meninos?”.

Katia: “Sim. (risos)”.

Polliana: “Como funcionava?”.

Katia: “Tipo, a gente estudava com os internos, né? De manhã até... pelo menos eu estudava de manhã, até meio dia com os internos”.

Polliana: “E era ruim ou era bom?”.

Katia: “Era ótimo. (risos) Era tranquilo, porque, tipo, eu vejo assim: eles afastaram “nois” dos internos, eu acho tipo, não tem sentido. Se a gente não pode, como eles querem que a gente se ressocialize se a gente não pode viver tipo numa microssociedade, junto com os internos? Eles querem afastar “nois” das pessoas, né? Mas era tranquilo estudar com os garotos!”.

d. “As meninas são piores que os meninos”: a visão sobre as jovens em medida de internação.

A primeira vez que essa frase surgiu foi em uma conversa informal com um conhecido sobre o tema do presente trabalho. Onde ele trabalha, os estagiários ajudavam a revisar os processos e relatórios dos adolescentes em conflito com a lei, tanto os meninos quanto as meninas, e os relatórios sempre revelavam que as meninas eram piores que os meninos, no seu comportamento.

Uma técnica, que também trabalhara no CAJE e na UNIRE, citou que saiu do CAJE principalmente porque queria só trabalhar com os meninos, mas acabou que as meninas “as seguiram”. Ela não gostava de trabalhar com as meninas, porque era mais complexo e elas eram muito mais difíceis dos meninos. Passei então, a incluir esses pontos nas outras entrevistas e percebi que a maioria das servidoras tinham a mesma opinião, mas ela girava em duas perspectivas: a primeira é de que as meninas cometem mais “infrações”, elas discutem mais, elas gritam mais, elas reclamam mais, elas aceitam menos as imposições das agentes, elas são menos “domáveis”; a segunda perspectiva vinha da noção de que essas jovens não se calam, elas não aceitam as negligencias que acontecem com elas e nem a forma truculenta que as agentes as tratam, além disso elas têm uma saúde mais complexa, elas têm sentimentos mais aflorados, elas têm confusões morais que necessitam de cuidado, por elas serem mulheres e serem o tempo todo cobradas a seguir padrões que se distanciam muito do que elas se encontram, por algum motivo, que pode ter relação com a forma de criação, com socialização que a mulher tem, ou qualquer outro ponto que eu não tenho dado o suficiente para afirmar, as jovens aceitam menos a forma de tratamento que lhe é dada e que não lhe é dada.

Na entrevista com gerente de segurança da UISM essa questão foi elencada por mim e ela respondeu de uma forma que acabou por misturar as duas perspectivas:

Polliana: “Em alguma medida, o comportamento das meninas é pior que a dos meninos?”.

Luiza: “Depende muito da fase. A gente já teve uma fase muito ruim com relação ao comportamento das meninas, bem ruim mesmo, porque igual eu te falei, os meninos não entram muito nessas questões de conflito muito assim, de briguinhas, discussões, de sentimentos, essas coisas assim, desrespeito, não entram muito. Hoje, atualmente aqui na unidade tá muito tranquilo, então assim, já faz bastante tempo que a gente não faz um conselho disciplinar para o público feminino, mais para o provisório, com condições muito pontuais, assim, dois entendimentos só entre duas, mas nada muito sério. Mas, se você... a mulher sempre tem aquele aspecto de ser mais chata, mais mandona, mais não sei o que, de questionar muito, questionadora e tal, mas se você for avaliar com relação à questões de risco, de perigo, é mais complicado nos módulos masculinos. As meninas têm mais demandas, né, mais questionamentos, às vezes "minha roupa", "ah meu cabelo", "ah não sei o que", e aí elas se estressam, às vezes por alguma coisa, porque não fez uma ligação. Eles também, mas elas fazem um alvoroço maior do que eles nesse sentido, para você ter um diálogo, trazer a adolescente para conversar, explicar é mais dificultoso do que ele, porque eles são mais racionais, eles entendem, elas você tem que ter toda uma aproximação, conversar, todo um trabalho mais metódico”.

Dessa forma, ela afirma que o comportamento das jovens é infringente mais em questões do dia-a-dia, mas que não apresentam de fato agressões, ou perigo, ameaça à vida, enquanto os jovens têm menos infrações, mas geralmente são por confecção de armas artesanais, porte de drogas, tacar fogo nos colchões, tentativa de fuga. Porém, a interlocutora acaba imbricando nas jovens comportamentos típicos de uma “natureza feminina”, onde elas reclamariam por questões fúteis e esse seria o maior problema, enquanto os meninos seriam mais racionais e não causariam os mesmos problemas. A questão principal é que, quando ocorre um conselho disciplinar ou quando uma jovem é “anotada” por alguma infração, mínima que seja, essa anotação vai para o seu relatório que é o principal documento de análise da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, que determina se a jovem será liberada, ou se vai receber algum benefício, sendo assim, os pequenos delitos das jovens, exposto da forma que são, acabam por influenciar diretamente no seu processo.

Outra perspectiva é a das servidoras que trabalharam na equipe de referência no CAJE e na UNIRE, segundo trechos da entrevista com elas:

Luana: “A semiliberdade veio pra cá, a maioria vem da internação provisória e uma veio de progressão de medida. A gente nota que as meninas levam muito mais tempo que os meninos para

conseguirem um benefício, por exemplo, porque assim, o menino tem uma postura de "to de boa". O da menina é mais questionadora, o fato de ser questionadora não é visto por eles como uma questão bacana. Lutar por seus direitos, não, isso é um defeito. Aí vêm aqueles apelidos: é a histérica, piranha, vagabunda, cala a boca, é um jeito pra diminuir, pra denegrir, pra humilhar. Lá (Na Unire), essa coisa da humilhação era muito forte, coisas assim: a menina perguntava que horas são, começava aquela gritaria, não sei o que e a menina falava: "Porra, não precisa falar desse jeito, eu perguntei com educação". Ai a agente: "Você está me desacatando" algemar a menina no vento, com as duas mãos pra traz, a menina quase pelada, no frio, do lado de fora, sabe? Essas coisas aconteciam".

Amanda: "As meninas, se você for tratar da forma como se trata meninos, na forma de uma cadeia mesmo, com truculência, só restringindo as coisas, proibindo e querendo que todo mundo fique calado e quieto, você realmente vai ter um trabalho muito maior, porque elas não se conformam, elas questionam. Elas dão trabalho mesmo, é muito mais exaustivo, porque elas querem conversar a todo o momento, elas choram muito, elas questionam, é custoso de você ter que despender mais investimento até emocional e tempo, porque elas exigem mais de você, mas é um trabalho que você tem que fazer mesmo, não é nada fora do normal, não é termo de disciplina, é termo de trabalho mesmo. Não é que elas dão mais ocorrência, que elas aprontam mais, que elas são desrespeitosas, é que elas exigem que você trabalhe o tempo inteiro, elas pedem um atendimento médico que elas precisam mesmo o tempo todo, muito mais que os meninos. Elas criam vínculo e quando você cria vínculo é mais complicado, porque aquela lá vai te perguntar tudo, vai te questionar as coisas. Ela não vai simplesmente aceitar uma resposta que você dá pra se livrar, ela não vai aceitar aquilo, ela vai te questionar, querer saber o motivo. Mais trabalho é verdade que as meninas dão mesmo, eu concordo, mas é um trabalho que você tá ali pra fazer, não é um trabalho no sentido de ser indisciplinado, de não ter compromisso com a medida. As meninas tem muito mais compromisso com as medidas que os meninos".

Luana: "Não entenda isso como: a gente passa a mão na cabeça, a gente dá duro. Eu sou muito rigorosa com as meninas. A gente faz de tudo, corre atrás, mas tem hora que a gente tem que puxar o freio de mão mesmo, mas isso faz parte do trabalho, é absolutamente normal. Elas não se contentam, elas vão questionar, vão por o dedo no seu nariz e vão dizer que tá errado. Isso que eles chamam de mais difícil".

Existe aí uma visão diferente do comportamento das jovens, que apesar de reconhecer que a situação é mais complexa com as meninas, o faz em termos de diferenciação da forma com que a internação infringe sobre elas seus direitos e suas necessidades. Além disso, traz uma perspectiva que traz a especificidade das jovens como um ponto de partida para realizar um trabalho voltado para seu atendimento, realizando de fato um trabalho de apoio a essa jovem, não apenas um trabalho de punição e adestramento de comportamento.

Esses dois aspectos são recorrentes no decorrer de todo o trabalho, sendo que esse segundo aspecto só é defendido pelas servidoras que acompanhavam as meninas no CAJE e na UNIRE, enquanto no discurso das servidoras da UISM sempre perpassam de alguns preconceitos, noções de restrição e punição, muito relacionadas ao adestramento do comportamento das jovens.

e. Direitos sexuais e reprodutivos

Existem três pontos principais que serão tratados nessa sessão sobre os direitos sexuais e reprodutivos no CAJE, UNIRE E UISM. O primeiro é sobre o tratamento dado às jovens homossexuais, transexuais e às relações homoafetivas, que acabam por se estabelecerem no ambiente da internação; segundo, sobre a questão da visita íntima e sua “implantação”; por fim, sobre o tratamento dado pelas unidades às jovens grávidas e como são os procedimentos de atenção a essas jovens.

I. Tratamento dado pela unidade às jovens homossexuais, transexuais e às relações homoafetivas.

As relações sexuais e afetivas estabelecidas entre as meninas estão presentes no CAJE, na UNIRE e também na UISM. Essas relações se dão de forma momentânea, se estabelecendo apenas na unidade, ou vêm também de fora, por garotas que já haviam se assumido como homossexuais ou meninas transexuais. O tratamento da unidade varia, mas acaba se estabelecendo em parâmetros muito próximos, principalmente baseados em proibir a exposição íntima desses relacionamentos.

Porém, a justificativa dessa proibição se dá de duas formas: a forma que abomina as relações homossexuais e pregam que isso deve ser proibido, pois não é “da natureza”, que parte dos agentes, do administrativo e também das próprias jovens; e se baseia também na questão de evitar que essas jovens se exponham, tratando como uma situação normal, mas que precisa de conversa e tratamento específico, não só com as jovens que se assumem ou se relacionam com outras, mas com todas as jovens da unidade.

Dentro do questionário aplicado o tema fez parte de duas das perguntas, uma tratava de com pessoas que sexo as jovens se relacionavam antes de entrar na unidade e se já haviam se relacionado com jovens dentro da unidade. A pergunta era sempre alvo de reações curiosas, ou elas negavam e forma firme e diziam “Deus me livre” ou elas afirmavam de forma tímida e constrangida que elas haviam se relacionado.

QUADRO 1 – Orientação sexual e afetiva das jovens antes de entrar na unidade e estabelecimento de relacionamentos dentro da unidade:

Interna	Relacionava-se fora	Relacionou-se com mulheres na unidade
Talita	Homens	Não
Fábia	Homens	Sim
Naiara	Homens	Sim
Larissa	Homens	Não
Rúbia	Homens	Não
Iara	Homens	Sim
Jéssica	Homens	Não
Ana Maria	Homens	Sim
Roberta	Homens	Não
Flora	Homens	Não
Kátia	Homens	Não
Camila	Homens	Não
Elen	Homens	Não
Sara	Homens	Não
Viviane	Ambos	Sim
Letícia	Homens	Não

Apenas uma jovem afirmou que se relacionava com mulheres antes de entrar na unidade e cinco afirmam ter tido algum tipo de relacionamento sexual ou afetivo com outra jovem dentro da unidade em que cumpria medida, seja ela CAJE, UNIRE ou UISM. Segundo relatos de todas as servidoras, de todas as unidades, o relacionamento entre elas é comum, mesmo que muitas neguem, é muito frequente que ocorra. Algumas jovens não gostam, reclamam de abraços, mãos dadas, beijos nos momentos de banho de sol.

No CAJE, segundo as servidoras, esses relacionamentos eram mais velados ou dificilmente a jovem se apresentava como homossexual. Na UNIRE, parece ter havido uma mudança nessa perspectiva e as jovens passaram a assumir mais sua posição sexual.

Amanda: “No CAJE não podia tocar no assunto, porque elas sempre negavam, a não ser raras exceções. Agora na UNIRE elas falavam mesmo, abriram o jogo, e tava uma namorando

com a outra e namorava um outro menino. Aquela coisa assim, as vezes elas perdiam a noção das coisas. E as agentes falavam como se fosse um absurdo, o fim do mundo, "ai meu deus, elas estão se beijando. E eu fala assim "aaah, me diga onde está o problema nessa frase?" Teve muita menina que a gente lutava para que essas meninas pudessem ter a orientação sexual delas, a gente defendia, batalhava.”

Para além da posição das jovens, as servidoras trazem também a perspectiva das agentes, tanto no CAJE, quanto na UNIRE. Segundo elas, com muita luta as agentes do CAJE e a própria gerência de segurança já tinha estabelecido um padrão de respeito e de entendimento desses relacionamentos entre as jovens, mas a mudança para a UNIRE mudou muita coisa, prejudicou e é como se essa construção tivesse que começar do zero com os agentes, o que acabava por dar força também para a discriminação das jovens.

Luana: “Tinha uma tendência a demonizar”.

Amanda: “Classificar como quebra de regra e a gente não concordava”.

Luana: “Não podia namorar, porque não podia namorar com homem e nem com nada, não por ser mulher. A gente sempre buscou respeito à diversidade sexual, sem criar alarde”.

Amanda: “Mas isso foi só a gente que defendia isso. E não foi um projeto fixo, foi algo da nossa prática. Tiveram umas meninas que começaram a namorar lá na UNIRE e elas eram um amor louco, queriam morar juntas depois e aí começaram a perseguir elas, claramente, por conta da orientação sexual. Não do tipo separar por quarto, porque elas já ficavam em quartos separados, mas quando soltavam uma pro banho de sol elas ficavam na porta do quarto da outra”.

Luana: “A gente trabalhava em cima do fato da exposição da intimidade, não por ser do mesmo sexo”.

Amanda: “Aí separaram, totalmente, pra não ter nem contato visual. Elas gritavam, choravam. Aí quando chegou nesse ponto a gente falou: “pera aí, não é assim também. A gente acha que [elas] tem que maneirar, porque se deixar fica só na porta do quarto da outra, só que não é pra ficar punindo elas com separação física e visual total”. E aí a gente teve que assumir, peitei mesmo, falei que dentro do meu atendimento que manda sou eu, vou fechar a porta aqui e vou colocar as duas meninas aqui e elas vão ter o tempo delas de conversar, se quiser beijar, vou aqui fazer meu relatório, vocês tem 15min, pra ver se garantia isso. Ai as pessoas diziam que a gente estimulava. A gente nunca estimulou, eu vou dizer pra menina que ela tem que ficar com a outra? Agora se ela resolve ficar com a outra, ou se resolve ficar com fulano, ou se resolve não ficar com ninguém, eu vou apoiar”.

Elas relatam um caso também de um menino transexual, que cumpriu medida nas unidades, no CAJE e na UNIRE. A reação das instituições sobre esses corpos ainda é nova e pouco trabalhada, recentemente surgiram projetos de lei relacionados a mulheres transexuais em presídios masculinos, que são casos muito complexos.

Amanda: “Tinham umas meninas que não gostavam, mas não existia agressão, delas perseguirem. Às vezes até tinha umas que usavam pra ofender, mas não era constante, que fosse perseguida, excluída pelas outras. Muito pelo contrário, a gente teve até um menino transexual lá dentro e que elas conviviam e chamavam ele de Lucas. Por mais que a gente tentasse, todos os outros servidores, com cabeça, com formação, né? Deveriam ser PHD em direitos humanos, se recusavam a chamar pelo nome que ele escolhi pra ser chamado e as meninas não, elas respeitavam e chamavam de Lucas”.

Luana: “Na maior tranquilidade do mundo, não hostilizava, não tinha nada. E ai ele teve todo um acompanhamento e tal e depois esse menino saiu, mas é uma luta longa. Esse Lucas, no CAJE foi assim, por mais que as pessoas não aceitassem o nome social, elas respeitavam a coisa das meninas poderem se referir, aceitavam. Ai o que acontece, quando chegou à UNIRE, proibiram as meninas de chamarem ele de Lucas e disse aos servidores que não era pra admitir, por mais que a gente esperneasse”.

Amanda: “O gerente era o tipo do cara que fala que se tivesse amigo gay ele não seria mais amigo dele, então a gente desconsidera a opinião desse tipo de pessoa”.

Na UISM a questão do relacionamento homoafetivo entre as jovens foi relatado como um recorrente. Segundo a gerente psicopedagógica da época, quando ocorria da jovem se relacionar com outra a saída era interpretar da forma mais natural possível, mas fazer com que elas não ficassem o tempo todo se beijando e mantendo contato. As agentes não devem causar alarde, mas optam por separa-las de quarto, principalmente porque esses relacionamentos sempre acabam causando intrigas e brigas entre as jovens. A segurança sempre pensa em evitar conflitos ou quebra da segurança da unidade. Também se reforça o pensamento de que as jovens estão ali para refletir e se arrepender do ato infracional, sofrer para não cometer mais o mesmo erro.

Luiza: “É, assim, eu sempre faço essa orientação assim, pra a gente não permitir, porque o adolescente tá aqui dentro mais para refletir o ato infracional dele, é uma outra questão. Se você for... o que eu penso por exemplo é o seguinte, se você for dentro de um mesmo quarto, se eu vi que uma adolescente tem uma relação afetiva com outra, é mais fácil de ter uma ocorrência, porque com certeza pelo convívio elas vão brigar e isso já aconteceu, então a medida que eu sempre tomo é quando eu perceber esse tipo de situação eu separo de quarto, não por uma questão de preconceito, nada disso, mas por uma questão de segurança. Porque geralmente elas começam a se relacionar entre elas, muitas vezes, né, porque fica muito carente ou porque realmente é a opção delas pelo mesmo sexo. Mas quando elas estão dentro do mesmo quarto, geralmente é muito quando elas estão só elas dentro dos quartos, aí já cria essas situações, a grande parte das ocorrências que acontecem é mais por brigas, porque elas estão se relacionando, aí sempre separa”.

II. Visita íntima para jovens da internação feminina

A questão da visita íntima é a que mostra de forma mais crua o preconceito de gênero das unidades de internação. A visita íntima é prevista em lei, determinado que qualquer jovem tem o direito de receber, mediante o comprovante de união estável ou casamento. Entretanto, apenas na UISM que foi estabelecido um ambiente específico para a instalação dessa visita íntima, sendo esta ainda não começou a funcionar.

Entretanto, sempre houve nas antigas unidades a possibilidade de uma “visita íntima” para os meninos. Uma visita íntima clandestina, que era realizada apenas nos módulos masculinos nos dias de visita. Os jovens recebiam não só sua família, mas também suas companheiras nos módulos, com os quartos abertos.

Amanda: “Existe uma “visita íntima” para os meninos. Você não consegue fazer uma internação masculina sem visita íntima. Não tem a visita íntima constitucionalizada, mas a visita de companheiras é uma polêmica. Companheira teoricamente é aquelas que moravam junto, tem filho ou casado no papel, a maioria não é casado no papel, é lógico que todo menino que vai levar a namorada pra lá diz que é companheira, aí a mãe também afirma que é, porque sabe que o menino quer transar. E aí, a questão foi que por muito tempo isso não tinha um ambiente, porque as namoradas vão visitar no final de semana e os quartos ficam abertos, eles se combinam entre si, entra cada um de uma vez, inclusive tem meninos que vai com a visitante do outro pra dentro do quarto”.

Luana: “Às vezes com famílias sentadas do lado de cá e eles vão para o banheiro. Na verdade, eles dão um jeitinho”.

Essa visita íntima clandestina não é restringida, não há nenhum tipo de educação sexual ou ambiente apropriado. Ela era simplesmente permitida pelo fato de considerar que os jovens não aceitariam que ela não existisse, podendo causar muita rebelião e alvoroço. Reforça a noção de homem sexuado, que possui a sexualidade incontrolada e que necessita que ela seja atendida.

No caso das jovens do sexo feminino, nunca foi permitido que elas recebessem visita com os quartos abertos, muito pelo contrário, elas sequer recebem visitas dentro dos módulos. As jovens têm a sua sexualidade muito mais controlada, principalmente por estarem sob tutela do Estado, uma jovem ficar grávida dentro de uma unidade de internação seria tida como escândalo. O argumento para justificar a ausência da visita íntima feminina gira em torno da dificuldade de promover uma educação suficiente para que a jovem não engravide ou adquira uma DST dentro da unidade, mas não há sequer uma promoção dessa educação que seja de rotina. Esta só ocorre esporadicamente.

Outro argumento é que as jovens sequer recebem visitas dos namorados, sendo assim um direito em demanda. Apensar disso, na unidade atual, duas das jovens que possuem companheiro em liberdade, afirmam que estes a visitam regularmente.

Amanda: “Mesmo se recebesse [visita de companheiros], ninguém nunca cogitou de colocar pras meninas, porque é bem mais complicado. Porque assim, tem filhos e filhas do CAJE, que as companheiras entram pra visita, transam lá dentro e elas não podem entrar com camisinha, se elas não fazem um anticonceptivo fora... fica só a mercê delas essa prevenção. Não é só a questão de gravidez, também, tem as DSTs e tal. Isso é um tabu que não se pode conversar, mas com as meninas nunca nem se cogitou, porque já imaginou uma menina ficar grávida aqui? O pepino que ia ser? Mas não tem demanda, os namorados não continuam. É raríssimo na internação estrita, teve três só”.

Luana: “A estrutura tem que funcionar, não interessa se for um, tem que funcionar pra homens e pra mulheres. A mulher, muito mais facilmente se submete a revista para ver o homem, às vezes tem pai que fica sem ver a filha porque não vai tirar a roupa, então tem a questão da revista íntima”.

Amanda: “A mulher quando tá na prisão o homem se sente sem obrigação com essa mulher, ela transgrediu, uma vagabunda, uma piranha, não tem mais que tá junto com ela. Então o relacionamento é rompido, os homens raramente continuam. A mulher tem que tá dentro de casa, ela não pode ser presa, rompe muito com o papel social da mulher”.

A questão do papel do gênero está muito presente nesse tema, primeiramente na questão do poder dos homens sobre a vida das mulheres. Quando o homem está recluso, ele não é abandonado, pois sua mulher se sente responsável pela sua manutenção e seu bem estar, ela é encarregada de servir ao seu marido. Enquanto o homem não se sente comprometido com a mulher que se encontra reclusa, ele deixa de considerá-la como mulher, ela passa a ser o não-mulher, que não merece respeito. (MATOS, 2008)

III. Atendimento dado às jovens gestantes

O acompanhamento da jovem grávida sempre foi o mesmo em todas as unidades de internação feminina. Nenhuma das unidades teve atendimento interno de obstetra, ou ginecologista e também nunca contou com um ambiente apropriado para receber as crianças após o parto. Então o pré-natal, os exames e todo o acompanhamento médico é realizado na rede pública de saúde do Governo do Distrito Federal.

O procedimento de cuidados da jovem grávida na unidade é muito limitado, quase inexistente. Durante os oito meses de gravidez ela permanece na unidade, sem nenhum atendimento específico, apenas com o acompanhamento pré-natal que ocorre de mês em mês ou a cada dois meses. No final do oitavo mês, a unidade solicita à Juíza da Vara de Execução

de medidas socioeducativas, que a jovem seja liberada por 6 meses, para ter o seu filho em liberdade e se manter por um tempo mínimo amamentando.

Nesses seis meses, porém, a jovem não é “livre”. Ela continua a ser avaliada pela equipe de referência e são elaborados relatórios sobre o seu comportamento, que contam com relatos de familiares e da própria jovem, que avalia principalmente se a jovem esta cumprindo seu “papel de mãe”. O Trecho a seguir faz parte da entrevista realizada com a antiga gerente psicossocioeducadora da UISM:

Ana: “Certo! Em relação a questão das jovens grávidas no momento do parto, o parto é realizado na rede pública de saúde, alguma unidade da rede pública, pelo menos dos casos que eu já tive conhecimento até hoje, nunca vi, por exemplo, um encaminhamento nesse tipo de caso para a rede particular. Então, na rede pública de saúde e a equipe da unidade, a equipe sociopsicopedagógica da unidade, fica em contato com a defensoria pública e faz o estudo necessário, elabora então o relatório, solicitando que a jovem tenha a medida suspensa por um prazo de 6 meses para que ela possa cuidar do bebê nesse período. Seis meses após o nascimento dessa criança a jovem tem que se apresentar na vara de execução de medidas, para que então a juíza defina se ela vai ser reencaminhada aqui, no caso, para a continuidade para a medida de internação ou se vai receber uma progressão de medida ou mesmo se vai ser liberada. Por que? Porque também a equipe da unidade de internação a qual a jovem está vinculada nesse período de 6 meses também elabora relatórios para a vara, a partir do depoimento da própria jovem e da família, fazem uma visita domiciliar. E nesse documento vai falar então de como a jovem está se comportando na maternidade, se está mesmo se responsabilizando pelos cuidados com o filho e aí de posse dessas informações, enfim, a depender de outras variáveis do andamento do processo, a juíza pode definir ao longo desses 6 meses de suspensão, se a jovem retorna para a internação ou se já recebe uma progressão ou até mesmo uma liberação da medida. Mas esse é o trâmite, durante a gravidez a jovem na unidade vai fazer o pré-natal, todo o acompanhamento médico necessário, mesmo sendo na rede externa de saúde, ela é levada daqui pra essas consultas, o parto também na rede pública de saúde e aí esse é o trâmite, elaborar relatório solicitando que ela tenha medida suspensa por 6 meses após o nascimento do bebê”.

Percebe-se que também a liberdade da jovem depende do cumprimento do seu papel socialmente imposto de boa mãe. Impõe-se que ela se comporte bem para que demonstre que tem capacidade de seguir, sem precisar mais da punição ou de ressocialização para se enquadrar. Dessa forma, o crime e a pena são deixados de lado, dando prioridade ao seu exercício de mulher na sociedade.

f. Oficinas

As oficinas são um ponto importante para a internação e para a promoção da intenção socioeducativa das unidades. A intenção é proporcionar aos jovens aprendizados que possibilitem uma forma de sustento e que os inclua no mercado de trabalho após o cumprimento da medida, e também são úteis para manter os jovens menos ociosos enquanto estão na unidade. Entretanto, as oficinas também são um ponto onde sua oferta aos jovens do sexo masculino também é diferente da oferta às jovens do sexo feminino.

Nas unidades anteriores, as jovens em medida de internação tiveram a oportunidade de usufruir de oficinas, como panificação, informática, entretanto nenhuma saiu com o certificado desses cursos. Os jovens tinham acesso a um número bem maior de oficinas, como demonstram os trechos da entrevista com as servidoras:

Amanda: “No CAJE tinham várias oficinas, mas era só uma ou duas ou três pra meninas. Tinha assim Marcenaria, estofaria, mecânica, serigrafia, e tinha as que eram pra meninas. Só que assim, às vezes uma menina podia querer fazer as outras coisas, mas nem perguntavam pra elas. Era panificação, informática e artesanato, que não eram profissionalizantes, diga-se de passagem, tirando a panificação. Eram cursos meio que ocupacionais, não tinha o mesmo peso que os outros cursos tinham, mas tinham esses três. Que eu me lembre de oficina no CAJE é isso. Depois teve um projeto Jovem do Futuro, que era feitos em vários locais, não era próprio da internação, mas ai eles estenderam para o publico do CAJE. E ai levaram o curso de panificação, que fizeram de conta... assim, só usaram o curso de panificação que já tinha pra dizer que fazia parte desse projeto e teve um curso de vendas também, promoção de vendas, algo do tipo”.

Luana: “Que a gente via que as meninas aprendiam nada ou pouca coisa”.

Iara: “É, mas pelo menos saíam com um certificado. Isso foi no CAJE, só que aí depois a gente foi transferido. Ai na UNIRE teve panificação, informática, que era um curso breve, tipo uns 10 dias de curso só”.

Luana: “Era mais curso de mosaico, esse tipo de coisa. Virava e mexia tinha alguma instituição que vinha e dava curso, deu um curso de maquiagem, sabe?”.

Iara: “É, é porque tinha uns cursos externos que vinha uma organização e dava. Aí teve o de maquiagem, panificação e esse de informática. Na UNIRE”.

Letícia: “... mas muito sinceramente... nada muito significativo, nada que fosse assim: olha, com isso aqui você vai ter uma profissão”.

Os relatos trazem que, apesar de existirem esses cursos, não era iniciativa na unidade em si, a não ser as oficinas específicas dos meninos. As oficinas ofertadas para as meninas, em geral eram promovidos por algum servidor, que se dispunha em ir em um horário contrário ao do seu plantão para oferecer o curso, ou por outra pessoa. Esses cursos não eram profissionalizantes, nenhum tinha a capacidade de formar uma jovem ou dar-lhe uma carreira profissional. Eram para passar o tempo, tira-las do quarto. Não que isso seja negativo, bem pelo contrário.

Luana: “Podia ser uma coisa vinda da Secretaria do Trabalho, uma articulação. Uma coisa que efetivamente tivesse o poder de provocar uma mudança dos status da menina. Então, se eu saí da escola, eu tenho que voltar a estudar, avançar nos estudos e efetivamente ter uma profissão que me ajude a andar com as próprias pernas, pra atingir outros objetivos no futuro. E isso não acontece. Então a gente vê essa questão da discussão da maioria penal, sempre punir. Ai dizem: "Você acha que o moleque de 16 não sabe o que tá fazendo?", quer saber, em alguns casos acho sim, mas só punir? Você não tem políticas públicas que efetivamente resolvam e previnam a delinquência, tem? Não tem. Eu não concordo com essa coisa: "Eu não dei nada, eu não ajudei em nada. Mas pra punir, eu vou punir com os rigores da lei", é fogo. E a medida tem que encarar a formação profissional com mais seriedade. Pra meninas, por exemplo, trabalhar, o trabalho, é uma coisa que é capaz de mudar rumos, entendeu? Elas querem, elas se manifestam, elas estão em busca mesmo de oportunidade e aí se for uma coisa bem articulada, você pode fazer toda a diferença na vida do adolescente...”.

Quando se trata da UISM, a situação se apresentou muito mais complexa. Quando conversei com as servidoras, muitas me disseram que já haviam ocorrido algumas oficinas na unidade, entretanto as jovens me afirmaram que não havia ocorrido nenhuma oficina periódica, apenas o que as jovens afirmaram ser as “oficinas amostra grátis”, dura algumas horas do dia e depois nunca mais volta. Dessa forma, ainda não há nenhuma oficina de fato profissionalizante que atenda às jovens da UISM.

CAPÍTULO 4

O perfil socioeconômico das jovens em internação socioeducativa¹

A fim de traçar o perfil das jovens que cumprem medida socioeducativa de internação no DF, foram aplicados voluntariamente questionários fechados. Em contato inicial, foram aplicados quatro pilotos com jovens que já haviam atingido a maioridade e os outros foram aplicados como definitivos, no qual foram acrescentadas três perguntas. Das 19 meninas sentenciadas, 16 aceitaram responder.

3.1. Idade

Tabela 1 – Número de jovens por idade

Idade	Nº de Jovens	%
20	1	5%
18	6	32%
17	4	21%
16	1	5%
15	3	16%
14	1	5%
Não informado	3	16%
Total	19	100%

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

De acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente (1990), fica determinado que adolescentes da idade entre 12 a 18 anos (incompletos) podem ser considerados autores de infração ou delito, mas estes não podem ser responsabilizados penalmente. São previstas a estes medidas socioeducativas. Sendo assim, as jovens que hoje cumprem medida dentro da UISM compreendem a essa regra, mas uma boa parte já completou a maioridade no decorrer da medida. Dentro da estrutura regimental da unidade, jovens maiores de idade ficam em módulo separado das menores.

Segundo dados de estudo de 2013 da CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal), a maioria dos jovens (85,9%) em medida de internação no DF – compreendendo o sexo feminino e o masculino – têm entre 16 e 19 anos. A maior incidência

¹ Devido problemas de acesso ao campo, esse perfil não inclui a quantidade de jovens por crime.

de adolescentes autores de ato infracional conta 17 anos, “fim da adolescência e idade limite para o enquadramento de ato infracional e para a garantia de direitos previstos no ECA”. (CODEPLAN, 2013)

Quando se trata das jovens, esse perfil varia pouco. Das 16 entrevistadas, 14 estavam na faixa de 15 e 18 anos, sendo que 6 delas com 18 anos completos.

3.2. Local de residência

Tabela 2 – Número de jovens por local de residência

Cidade onde reside	Nº De jovens
Areal - Taguatinga - DF	3
Ceilândia	2
São Sebastião - DF	2
Recanto das Emas - DF	2
Estrutural - DF	1
Brazlândia - DF	1
Santa Maria - DF	1
Guará - DF	1
Riacho Fundo II - DF	1
Angra dos Reis - RJ	1
Taguatinga - DF	1
Não informado	3
Total	19

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

Ainda segundo os dados da CODEPLAN, 20,2% dos jovens moravam na Ceilândia, 13,4% em Samambaia e 8,3 no Recanto das Emas. Essas regiões eram as mais citadas pelos adolescentes e, não coincidentemente, são conhecidas por sua baixa renda, maiores índices de desigualdade social e carência de políticas públicas.

Quando tratado das jovens, verificou-se que a maioria vem do Areal, bairro localizado entre Taguatinga e Águas Claras, e que as entrevistadas o consideram parte de Taguatinga. Porém, a CODEPLAN considera-o parte de Águas Claras e apresentou que existe uma disparidade considerável em relação a Águas Claras Vertical. Este apresenta índices mais

elevados de escolaridade e renda média – cerca de 50% dos habitantes possuem formação superior completa, e, no Areal, apenas 14,60%. A disparidade na renda domiciliar também é notável, em Águas Claras Vertical o índice gira em torno de R\$ 12 mil e no Areal não passa de R\$ 4.228,56. (CODEPLAN, 2014, não publicado)

Em segundo lugar, encontra-se Ceilândia, São Sebastião e Recanto das Emas, com duas jovens cada uma. Locais com altos índices de desigualdade social e de renda.

3.3. Com quem residem

Tabela 3 – Número de jovens pelas pessoas com quem residem

Com quem residem	Nº De Jovens	%
Mãe	4	21%
Mãe e irmãos	4	21%
Companheiro/namorado	4	21%
Avó	1	5%
Avó e tia	1	5%
Pai	1	5%
Sozinha	1	5%
Não informado	3	16%
Total	19	100%

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

Foi explorado também o universo familiar das jovens, tomando como ponto de partida as pessoas com quem a jovem dividia a residência antes de cumprirem medida socioeducativa de internação. A grande maioria vive com a mãe, 42%, sendo que metade desse grupo mora apenas com a mãe e a outra metade com a mãe e irmãos. Em segundo lugar, estão as jovens que residiam com os companheiros ou namorados. 79% do total dessas jovens não residem com o pai, o que corrobora os dados da CODEPLAN (2013), cujo o perfil de residência dos adolescentes em geral é com a mãe, com ou sem a presença de outros familiares. A ausência da figura do pai também é marcante.

3.4. Renda

Tabela 4 – Número de jovens, por renda em salários mínimos.

Renda em salários mínimos - R\$ 724,00	Nº de Jovens	%
Não sabe	4	21%
Até meio	0	0%
Mais de meio até 1	3	16%
Mais de 1 até 2	4	21%
Mais de 2 até 3	1	5%
Mais de 3 até 4	0	0%
Acima de 4	0	0%
Não informado	7 ²	37%
Total	19	100%

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

Sobre os dados da renda, a intenção era traçar a renda familiar/residencial das jovens. Foi utilizado o salário mínimo atualizado de 2014 e poucas responderam em salários. Diziam uma quantia e esse era enquadrado na faixa salarial determinada.

Duas variáveis significativas para entender melhor esse dado é: primeiramente, que uma parte significativa das jovens não sabia informar a renda de sua residência e, segundo, que há outra parte significativa da qual não foi possível acessar esse dado, contando com as três jovens que não se dispuseram a responder o questionário e as quatro que responderam os questionário-teste.

A partir daí, verificamos que a maior parte das jovens possui renda domiciliar de meio até 2 salários mínimos, não havendo nenhuma que tenha a renda acima de 3 salários. Segundo dados gerais, esse perfil se mantém na medida socioeducativa de internação do DF, onde aproximadamente 31% dos jovens tem renda entre meio até 3 salários mínimos. Nos dados

² Esse dado foi incluído no questionário após os 4 questionários testes, dessa forma essa informação só foi incluída nos próximos questionários aplicados. Por esse motivo, há uma maior quantia de informação ausente nessa tabela.

gerais também é presente grande quantidade de jovens (49,9%) que não souberam informar sua renda. (CODEPLAN, 2013)

3.5. Raça/Cor

Tabela 6 – Número de jovens por Raça/Cor

Cor	Nº de Jovens	%
Branca	3	16%
Negra	3	16%
Amarela	0	0%
Parda	6	32%
Indígena	0	0%
Outra:		0%
Morena	3	16%
Café com leite	1	5%
Não informado	3	16%
Total	19	100%

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

O questionário tomou como base seis opções de auto-escolha para as jovens. Segundo o IBGE, considera-se negro também pretos e pardos. Dessa forma, em 16 entrevistadas, a maioria das jovens (nove), se vê negra e quatro delas apresentaram-se outra opção. Esta está relacionada à negritude, como morena e café-com-leite.

Um dado interessante retirado desse questionário é que, apesar de ser fechado, surgiram alguns comentários especialmente nesse quesito. Cerca de 4 meninas afirmaram uma frase interessante: “Todos somos negros”, afirmando uma identidade de raça presente na unidade, que se apresentou de forma interessante quando questionado.

A maioria negra no sistema socioeducativo do DF se mantém nos dados da CODEPLAN (2013): 80% dos jovens em medida de internação consideram-se negros, sendo que sobe para 93,2% na semiliberdade. Em todas as unidades do sistema, os percentuais de negros são superiores ao da população em geral do DF

3.6. Situação Conjugal/Afetiva, relação do companheiro com o crime e visitas de companheiros.

Tabela 6 – Número de jovens por situação conjugal/afetiva e percentual

Situação conjugal/Afetiva	Nº de Jovens	%
Solteira/Sozinha	5	26%
Solteira/Namorando	7	37%
Casada	0	0%
União Estável	0	0%
Mora Junto	3	16%
Divorciada	0	0%
Separada	1	5%
Viúva	0	0%
Não informado	3	16%
Total	19	100%

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

A intenção desse item foi buscar as relações afetivas das jovens, aspecto muito evidenciado no estudo de mulheres que cumprem penas, principalmente por indicar ligação do/a companheiro/a com o mundo do crime. Também é importante saber sobre a relação da jovem reclusa com seu companheiro. A maioria (37%) afirma que mantém relação afetiva de namoro, mesmo estando reclusa. Em segundo lugar, as jovens (26%) que afirmam ser solteiras e sem relacionamento estável no âmbito externo ou interno da unidade. Em terceiro, jovens que afirmam morar com o companheiro, 16%.

Segundo a CODEPLAN, 75,7% dos jovens em medida socioeducativa de internação se consideram solteiros e 20,2 vive em algum tipo de união.

Tabela 7 – Nº de jovens e a relação dos companheiros/namorados com o crime

O companheiro está preso	Nº De jovens	%
Sim	6	60%
Não	4	40%
Total de jovens com companheiros	10	100%

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

No que diz respeito a relação do companheiro com o crime, 60% das jovens em medida socioeducativa de internação dizem ter companheiro e afirmam que ele cumpre pena por crime, seja ela socioeducativa ou dentro do sistema carcerário.

Tabela 8 – Nº de jovens com companheiros liberto por recebimento de visitas

Recebe visita do companheiro	Nº de Jovens	%
Sim	2	50%
Não	2	50%
Total de jovens com comp. Liberto	4	100%

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

Em relação às visitas de companheiros, metade das jovens, que possui companheiros ou namorados fora da restrição de liberdade, recebe visita dos mesmos.

3.7. Familiares que se encontram presos

Tabela 9 – Nº de jovens por familiares presos

Familiares/Companheiros presos	Nº de Jovens	%
Irmão	3	16%
Primo	1	5%
Tio, primo, irmão	1	5%
Não possui	11	58%
Não informado	3	16%
Total	19	100%

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

A maior parte das jovens não possui familiares presos, 58% não possui familiares em restrição de liberdade. Já as que possuem familiares, na sua maioria (21%) possui irmão preso. Apenas uma das jovens possui mais de um familiar preso.

3.8. Visitas e Assistência Externa

Tabelas 10 - Visitantes por número de jovens

Visitante	Nº De Jovens
Mãe	7
Mãe e irmão	2
Irmãos/ãs	1
Pai	1

Mãe e sogra	1
Mãe e tia	1
Mãe e pai	1
Mãe, irmão e filha	1
Pai, primos e irmãos	1
Não informado	3
Total	19

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

A principal visitante de todas as jovens é a mãe, sendo que 37% das jovens recebem visita apenas dela e 31% recebem a visita dela e mais algum parente. Os irmãos aparecem em segundo lugar, sendo que 5% recebe visita só dos irmãos. Todas as jovens recebem visita, se não semanalmente, pelo menos a cada quinze dias. Todas recebem ajuda dos familiares, como roupa e alimento. A visita da família e dos companheiros é um ponto crucial para o cumprimento da medida socioeducativa, uma vez que é prezado o envolvimento da família e do Estado na “recuperação” do menor infrator.

3.9. Nível de escolaridade

Tabela 11 – Número de jovens por nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Nº de Jovens	%
Fundamental Incompleto	12	63%
Médio incompleto	4	21%
Não informado	3	16%
Total	19	100%

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

A educação é um ponto importante da medida socioeducativa. O direito à educação é previsto na Constituição e reafirmado no ECA. Em relação às jovens, todas frequentam a escola interna. Apesar disso, a maioria encontra-se atrasadas na alfabetização, poucas encontram-se na idade correta da série cursada.

Quadro 1 – Quadro comparativo de ano cursado antes e após a entrada na unidade

Interna	Antes	Depois
Talita	6º ano	6º e 7º ano
Fábia	9º ano	9º ano
Naiara	1º ano Ensino Médio	2º e 3º ano Ensino Médio
Larissa	7º ano	7º ano
Rúbia	6º ano	7º ano

Iara	8º ano	9º ano
Jéssica	7º ano	7º ano
Ana Maria	1º ano Ensino Médio	1º ano Ensino Médio
Roberta	2º ano Ensino Médio	2º ano Ensino Médio
Flora	2º ano Ensino Médio	3º ano Ensino Médio
Kátia	5º ano	6º e 7º ano
Camila	9º ano	9º ano
Elen	8º ano	8º ano
Sara	6º ano	9º ano
Viviane	5º ano	5º ano
Letícia	7º ano	7º e 8º ano

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

3.10. Uso de drogas legais ou ilegais

Quadro 2 – Drogas utilizadas pelas jovens antes e depois da internação³

Interna	Uso de antes	Uso depois
Talita	Não usava	Não usa
Fábia	Maconha	Não usa
Naiara	Não usava	Não usa
Larissa	Maconha e cocaína	Fumo
Rúbia	Álcool	Fumo
Iara	Álcool	Não usa
Jéssica	Maconha	Não usa
Ana Maria	Fumo, álcool e maconha	Não usa
Elen	Não usava	Fumo
Sara	Fumo	Não usa
Viviane	Fumo	Não usa
Letícia	Maconha e cocaína	Fumo

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

A maioria das jovens relatou ter tido contato frequente algum tipo de droga, lícita ou ilícita, antes da internação. A entrada do tabaco na unidade me pareceu ser um dos tipos de autorização que é negada oficialmente, mas que acaba por entrar devido à noção de que isso ajuda no alívio da tensão e nas dificuldades de enfrentar a abstinência

³ Esse dado foi incluído no questionário após os testes. Dessa forma essa informação só foi incluída nos 12 questionários posteriores. Por esse motivo, há uma menor quantia de jovens nessa tabela.

3.11. Participação em oficinas de capacitação profissional

Participação em oficinas de Capacit.	Nº de Jovens	
	UISM	Outras
Sim	0	9
Não	19	10

*Tabela elaborada pela autora. Novembro de 2014.

Outro ponto essencial para a medida socioeducativa é que o/a jovem estabeleça uma forma de vida que possibilite a mudança após a saída da unidade - apesar disso, esse é o ponto mais fraco da unidade. Das 16 jovens, 12 estiveram na UNIRE e/ou no CAJE. Dessas, 9 cursaram oficinas como informática, serigráfica e panificação, mas sem receber certificado. Na unidade atual, UISM, são ofertadas esporadicamente as oficinas “Amostra grátis”, expressão utilizada por uma das jovens para descrever as oficinas que duram geralmente um dia ou dois e só servem para ocupar o tempo.

Considerações Finais

Existe no contexto da internação atual uma aplicação muito peculiar do termo gênero, que se liga diretamente à condição biológica do ser homem e ser mulher, que ainda se encaixa e se limita as mesmas dicotomias de feminino – masculino, sensibilidade-agressão, submissão-comando, timidez-sociabilidade, entre outros que decidem o que é de menina e o que é de menino, permanece a dicotomia da natureza e a engessa no comportamento social. Essa forma de ver gênero define antes de mais nada a forma de estabelecer regras e punir, coloca a mulher em um lugar destinado a subordinação e a imutabilidade, no campo da natureza (SUARÉZ, 2000, p. 06).

O termo gênero, nessa perspectiva, quando foi trazido pelas servidoras, majoritariamente, dizia respeito às ações ou condições que reforçavam os papéis fixos e hegemônicos de gênero, dando pouca atenção à condição geral da realidade vivida por essas jovens, deixando de lado toda uma gama de características transitórias que formam seu eu e de sua trajetória. “Desse modo, corpo e sexualidade aparecem como objetos fixo – sem história, sem movimento, sem pluralidade -, o que obscurece a importância das diferenças sexuais, como também e principalmente, para Haraway, das diferenças étnicas e raciais entre as mulheres e os homens” (apud SUARÉZ, 2000, p. 07).

Por mais que as equipes das unidades sejam formadas por mulheres, isso não significa que ali haverá uma perspectiva de igualdade. Há lugares de poder bem delimitados. Nenhuma das entrevistadas das gerências ou da equipe de referência podem ser consideradas negras, enquanto 14 das 16 meninas entrevistadas se consideravam negras ou pardas. Há um marcador de raça forte, o que deveria exigir um constante esforço da equipe para que não sejam traçados objetivos desiguais, que considerem além da situação de gênero dessas jovens, também sua situação de raça e classe.

A internação feminina, em sua trajetória, não seguiu um caminho linear e ascendente no que diz respeito aos direitos das jovens, muito pelo contrário, ele oscilou e hoje não se encontra no seu melhor estado. A conquista de uma gerência específica de gênero não quer dizer que hoje as jovens recebem atenção às suas especificidades, muito pelo contrário, esse pode ser visto também como um forte retrocesso, se gênero continuar sendo interpretado pela unidade como está. A instituição total vem para tornar o indivíduo menos único, enquadrá-lo

no padrão da sociedade, e nisso a unidade atua muito bem. Ela vem para estabelecer nas jovens a expectativa que a sociedade patriarcal impõe:

“Há uma expectativa social e de gênero em relação às maneiras como os homens e as mulheres devem atuar nos espaços privados e públicos: seja no vestir, no andar, no mostrar o corpo, na prática da sexualidade, no exercício dos cuidados, no gasto e administração do dinheiro, no lazer, ingerir bebidas, dentre outras” (KUCHERMANN, BANDEIRA & ALMEIDA, prelo, pág. 11)

Nessa perspectiva, não há um questionamento desses papéis de gênero, principalmente porque as próprias servidoras são reflexo da reprodução desses papéis, que são tidos por elas como naturais de corpos de mulheres e por serem mulheres estas também possuem essas características como intrínsecas. A unidade atual vê as jovens ainda imaturas demais para entender o que fizeram, as interpreta como mulheres mal formadas e que ainda não sabem se portar.

Existe a necessidade de entender que as especificidades são também construídas e imbricadas pelas noções de gênero hegemônicas, porque antes de mais nada elas tiveram essa condição na própria construção do eu, mas elas não devem ser determinantes. O importante, na realidade, é que essa condição de gênero seja considerada, que os déficits sejam superados e que a jovem receba uma atenção específica que a ajude, e não que a mantenha em um lugar subjugado, oprimido e invisível. A intenção não é que a condição da mulher seja a mesma que a dos homens, até porque a situação do jovem internado também está longe de ser a ideal, mas que o direito de ser diferente dos homens e que de fato seja possível pensar em características específicas das jovens, que não são, necessariamente, características imbricadas em um padrão feminino hegemônico.

Quando pensamos nos relatos final do CAJE, esse foi o momento em que a atuação do conceito de gênero esteve muito próximo ao definido por Segato (1997)., como uma categoria flutuante, que não são necessariamente as que seriam definidas pelo sexo biológico. Nesse momento foi em que a equipe tinha mais preparo para executar um trabalho direcionado, que interpretasse as jovens como um sujeito completo, com uma noção de gênero aprofundada, com um estudo de instituição total aprofundada, tanto é que elas mesmas faziam análises e evidenciavam problemas de mortificação do eu, de imposição de gênero ligado ao biológico, de violência.

O interessante é que a equipe de referência que acompanhou a jovens no CAJE e na UNIRE buscavam não só trazer uma perspectiva menos opressora para as jovens e mostra-las seus direitos, mas também educa-las de forma que as próprias internas não reproduzissem preconceitos, o que acabava por contagiar todo o módulo. Esse trabalho foi rompido com a transferência para a UNIRE e se extinguiu com dissolução da equipe e sua saída da internação. É possível perceber, pela forma com que se desenrolou, que não é intenção das instâncias governamentais que regulam as unidades, que de fato a situação das jovens sejam questionadas.

A internação feminina hoje pretende formar uma jovem que “se dê ao respeito”, que seja amorosa, submissa, naturalizando sua situação, não oferecendo possibilidade para que se insira no âmbito público, limitando-a ao doméstico. Dizer que não há uma ressocialização é, nesse caso, talvez equivocado. Não há o ideal de ressocialização profissional, que gere perspectivas que, economicamente, provoque mudança na vida das jovens. Porém, existe uma ressocialização, no caso das meninas, relacionada a educar “para o seu lugar” e esse lugar é o lugar hegemônico de gênero esperado pelo patriarcado. Para além disso, é uma ressocialização de classe e raça, que reproduz uma hierarquia social e que os mantêm em um lugar que transita entre o sofrimento e a punição.

Por serem jovens, essa é também uma socialização, que, querendo ou não, está fazendo parte da formação do seu processo cognitivo de valores, afetos e cognição. Essa socialização faz parte da construção de uma identidade feminina universal e é fundamentada na natureza. Esse processo está sendo moldado por uma instituição essencialmente machista e que reforça a opressão e submissão feminina, tratando o gênero apenas como um reflexo cultural do biológico e desconsiderando diversos direitos que devem ser pautados principalmente na noção de opressão dessas jovens, que também é um peso na constituição de suas biografias e o seu envolvimento com o crime.

Toda essa “socialização” é feita através da punição, onde elas são controladas todo o tempo, sendo punidas por indagar sobre seus direitos, por não se calar e por questionarem as decisões e as ações da instituição. Mas ela também é feita a partir do momento que as jovens são invisíveis na oferta de oficinas profissionalizantes, ou são separadas dos jovens do sexo masculino porque não são “mulheres” o suficiente para serem respeitadas - e essa privação também se mostrou punitiva, pois ela é interpretada como uma punição à mulher, não é uma

punição ao homem que insulta e nem há interesse de educar esse jovem diante das diferenças, se é que de fato a interpretação do jovem sobre a mulher desviante converge com a da unidade -, essa punição se dá no momento em que as jovens tem o seu direito a visita íntima negado, ou quando elas são advertidas ou recebem algum tipo de anotação por terem questionado ou reclamado.

A perspectiva punitiva é muito mais incisiva sobre questões morais de comportamento que sobre o crime cometido, uma vez que é presente a interpretação das servidoras da unidade, que essas jovens desviaram por motivos alheios, por uma realidade social complexa, mas parece ser muito mais significativo limita-las a um padrão feminino do que de fato buscar uma ressocialização que muda sua situação social. Como exemplo, as jovens que podem ser liberadas após a gestação, se nos 6 meses que ela tem de liberação para a amamentação ela se mostrar uma “boa mãe”.

Deve-se dar ênfase à condição da mulher por ela ser socializada para ser menos violenta, entender os estímulos violentos que afetam as mulheres e as colocam a delinquir, que vão além de uma a decisão individual, mas é formada por uma série de experiências específicas dentro das quais a pessoa se constrói como sujeito (SUARÉZ, 1998). É preciso entender que propor à construção da subjetividade da jovem uma socialização determinante do gênero, evidencia que esse papel de mulher hegemônico não consegue se enquadrar na sua realidade de mulher negra e de classe baixa.

Há, nisso, uma relação com o estudo criminológico baseado em descrições de dados sociais ou culturais individualizados, que limitavam o entendimento de um contexto temporal e de socialização, procurando sempre termos causais gerais para comportamentos desviantes. O curioso é que a UISM vê a condição específica de classe das jovens, essa condição é presente no seu discurso, mas é na condição de gênero que é focada a ressocialização, e é nessa condição que a punição é mais incisiva.

Não é pretensão desse trabalho demonizar a forma com que as servidoras exercem o conceito de gênero. A intenção é revelar o quanto as relações de poder, a punição e as narrativas são estruturadas de forma que reproduzem as hierarquias sociais e buscam manter o indivíduo seguindo as rédeas do social, e quando isso é imposto por uma instituição sobre jovens mulheres, negras e de classes baixas, ela serve automaticamente para oprimir. E isso

não é culpa de uma ou um grupo de servidoras, isso é consequência de toda a estrutura social e da própria forma com que a instituição total deve agir sobre os corpos que pretender domar e adestrar. É um sistema que se retroalimenta e que limita e é limitado pelos seus integrantes.

A unidade de internação, como um braço de controle do Estado, também funciona como um “aparelho patriarcal” (COSTA, 2009, p. 07), que se destina a reproduzir as noções dominantes, buscando

“... Reproduzir a heterossexualidade como uma matriz que conferirá sentido e realidade às diferenças genitais consiste em cultivar a idéia e as práticas de que os corpos estão classificados em dois sexos diferentes, complementares, hierarquizados entre si, com aparências e disposições heterossexuais “naturais”.” (KUCHERMANN, BANDEIRA & ALMEIDA, prelo, pág. 13)

Enquanto o mero uso do termo gênero for utilizado, limitado apenas a coisas relativas a mulheres, sem questionar as relações entre homens e entre mulheres e como elas são construídas, como funcionam e como se transformam, naturalizando a dominação que incide sobre as jovens e que são baseadas em relações de poder (SAFIOTTI, 1992), a unidade nunca poderá de fato entender as questões capazes de fornecer a essas jovens de fato uma mudança e o entendimento de suas necessidades.

Evidentemente que só de apresentar uma noção de gênero e uma reflexão sobre isso na unidade já é um ponto positivo que traz uma pequena visibilidade para as jovens, mas já tem passado da hora de se estabelecer uma verdadeira perspectiva que analise afundo a situação das jovens, que explore seus direitos não só como mulher, o que ainda tem um déficit imenso pela frente, mas como um sujeito plural que necessita de ter suas especificidades atendidas, que não seja apenas punido e podado.

O perfil das adolescentes em medida socioeducativa de internação é muito semelhante ao das mulheres presas. Porém existe uma lacuna entre as políticas existentes para promover atenções específicas, integrada no planejamento nacional de combate a violências. A falta de atenção a essas jovens, a negligencia aos seus direitos, somada à noção de punir para controlar, pode ser um dos maiores propulsores do crescimento do contingente prisional feminino.

Deve haver a possibilidade de formular políticas sem que seja necessária uma identidade fixa. A identidade de gênero dessas jovens precisa ser menos destruída e reconstruída nos padrões patriarcais, e mais respeitadas e entendidas pelo conjunto de relações culturais e históricas que elas possuem (BUTLER, 1998). Substituindo as noções unitárias de mulher e de identidade genérica feminina, por conceitos plurais e de constituição complexa, e nos quais o gênero seria somente um traço relevante entre outros (FRASER & NICOLSON apud CONCEIÇÃO, 2009, pág. 753)

As relações de gênero estão presentes em todas as cenas sociais, inclusive aqueles onde se relacionam somente homens ou somente mulheres. A ação humana é organizada pelo gênero e estruturada por esta, o que o coloca no centro de qualquer ação ou política. Sendo assim, essa perspectiva de gênero é constitutiva, está presente nos elementos conceituais que norteiam o programa de uma política pública, “pode servir tanto para a manutenção do status quo como para mudança, dependendo de qual perspectiva de gênero se parta” (KUCHERMANN, BANDEIRA & ALMEIDA, prelo, pág. 16)

No presente trabalho, a punição de jovens garotas se dá em diversas faces. Pune-se por serem criminosas, mulher, negras e pobres. Não apenas pelas agentes penitenciárias ou pelas servidoras, mas pelo próprio imaginário social sobre o feminino, que não consegue conceber a condição de mulher criminosa, provocando às internas sempre mais sofrimento.

Finalmente, esse foi um campo que jogou os problemas da discriminação de gênero como naturais. Os dados mostraram que o patriarcado é tão interno às formas de socialização feminina, que poucas pessoas envolvidas com a internação se mostraram capazes de lutar contra seus preconceitos e os preconceitos da sociedade para que essas meninas tivessem seus direitos atendidos, não mais ofendidos pelo fato de serem consideradas mulheres desviantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Insegurança *versus* direitos humanos: entre a lei e a ordem. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v.11, n. 2, pág. 129-153, out. 1999.
- AGUIAR, Viviane de Araújo. **CAJE: Retratos de um cotidiano de conflitos**. 2006. 169 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=408> Acesso em: 20 novembro 2014.
- ALVAREZ, Marcos César. Punição, sociedade e história: algumas reflexões. **Métis: História & Cultura**, v. 6, n. 11, pág. 93-105, 2007.
- ARRUDA, Jalusa Silva de. “**Para ver as meninas**”: Um estudos sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na CASE/Salvador. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BECKER, Howard S. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, 232pp.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de jul. de 1990. 10. Ed. Atual e corrigida. São Paulo: Saraiva, 2000.
- _____. **SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO-SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.
- _____. **Levantamento Nacional de Atendimento Sócio Educativo** realizado pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República (SPDCA / SEDH / PR) – 2011.
- _____. **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas**. ILANUD – Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância 2007.
- _____. **Perfil e Percepção social dos adolescentes em Medida Socioeducativa no Distrito Federal** realizado pela companhia de Planejamento do Distrito Federal. Secretaria da Criança, Brasília: 2013.
- _____. **Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas do Distrito Federal: Internação**. Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, Secretaria da Criança. Brasília: 2013.
- _____. **Sistema Nacional de Informação Penitenciária (InfoPen)**. Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça, 2011. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364AC56ADE924046B46C6B9C447B586PTBRIE.htm>> Visualizado em: 15 de outubro de 2014.

- _____. **Coordenação de internação.** Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, Secretaria da Criança. Disponível em: <<http://www.crianca.df.gov.br/subsis/geinpe-gerencia-de-internacao-provisoria-e-estrita.html>>. Visualizado em: 20 de novembro de 2014.
- _____. Conselho Nacional de Justiça – Notícias. Disponível em (Notícias CNJ, 0104.2014, <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28120:desativacao-da-maior-unidade-de-internacao-do-df-atende-a-recomendacao-do-cnj>). Visualizado em: 20 de novembro de 2014.
- BUGLIONE, Samantha. **Ações em direitos sexuais e direitos reprodutivos (1993-2001).** Porto Alegre: Themis, [200-]. Disponível em: <http://themis.org.br/textos/acoes_em_direitos.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2005.
- CONCEIÇÃO, Antônio C. L. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.8, n.24, dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2014.
- CORRÊA, Sonia & PETCHESKY, Rosalind. **Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma Perspectiva Feminista.** Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, ed. 6 (1/2): p. 147-177, 1996.
- COSTA, Ana Alice. **O movimento feminista no Brasil, Dinâmica de uma intervenção política.** In: PISCITELLI, Adriana et al, (orgs). Brasília, MEC/UNESCO, 2009, pp. 51-81.
- DELL’AGLIO, Débora D.; SANTOS, Samara S.; BORGES, Jeane L. **Infração Juvenil Feminina: Uma trajetória de Abandonos. Interação em Psicologia**, v. 8, n. 2, pag. 161-168, 2004.
- FACHINETTO, Rochele Fellini. **A “Casa de Bonecas”: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS.** 2008. 224 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- FARIA, Thaís D. **A Mulher e a Criminologia: Relações e Paralelos entre a História da Criminologia e a História da Mulher no Brasil.** In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010, Fortaleza – CE.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir, história das prisões.** Petrópolis: Vozes, 2009.
- FRANCO, Maria Helena, RACY, Vera Lúcia Simonetti & SIMONETTI, Maria Cecília Moraes. **Direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes.** Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2012 (7): p. 114-130.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos,** São Paulo, Perspectiva, 1974.
- RAMOS, Luciana de Souza. **Direitos Sexuais e Reprodutivos no cárcere em dois atos: Maternidade e Visita Intima.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) pelo Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília/DF, 2011.
- DELLOVA, Renato Souza. **Direito sexual e reprodutivo: breves considerações críticas sobre a distância do reconhecimento do multiculturalismo.** In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVI, n. 109, fev 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12869>. Acesso em jun 2014.

- KÜCHEMANN, Berlindes A.; BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara C. **A Categoria Gênero nas Ciências Sociais** – prelo.
- LIMA, Rita de Cássia Pereira. Sociologia do desvio e interacionismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 13, n. 1, pág. 185-201, maio de 2001.
- MACHADO, Isadora V.; VERONESE, Josiane Rose Petry. **“Meninas invisíveis”:** Uma discussão sobre diversidade de gênero e proteção integral no sistema sócio-educativo brasileiro. *In:* Fazendo Gênero – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 9, 2010.
- MATOS, Raquel. **Vidas Raras de Mulheres Comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas.** Coimbra: Edições Almedina, 2008, 356p.
- MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues. As medidas sócio-educativas do ECA: Conquista ideal ou paliativos real? **Revista Eletrônica Arma da Crítica.** Ano 2, nº 2, Março. 2010. P. 163-176.
- MESTRE, Simone. **“Não é do brinca, é do vera!” Um estudo de caso sobre uma unidade socioeducativa feminina.** *In:* II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2, 2013, Belo Horizonte.
- SAFIOTTI, Heleieth. **Rearticulando gênero e classe social.** *In:* BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: Editora Rosa dos tempos. Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SALLA, Fernando; GAUDO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. A contribuição de David Garland a sociologia da punição. **Tempo social**, Rev. Sociol. USP, v. 18, n. 1, pág. 329-350, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12505>> Visualizado em: 20 de outubro de 2014.
- SUARÉZ, Mireya. **Autenticidade de gênero e cor.** *In:* OLIVEIRA, Dijaci et al. (orgs.) A Cor do medo – homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília: Editora UNB. 1998.
- _____. **Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico.** *In:* Silva, K. (org) Gênero no Mundo do Trabalho: I Encontro de intercambio de Experiências do Fundo de Gênero do Brasil> Brasília: Agencia Canadense, Brasília, 2000.
- WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia – Freitas Bastos Editora, 2001.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiros de entrevista das Servidoras:

Entrevistadora: Polliana Esmeralda G. Machado

Estrevistada(o):

Data: **Local:**

Horário do início: **Horário do final:**

Primeira entrevista exploratória – Gerente Psicossociopedagógica Feminina

Estrutura e Funcionamento da Instituição

1. Qual a composição administrativa da instituição?
2. Como funciona a rotina da instituição: horários para aulas, horários para a oficinas, horários das refeições, dias e horários de visitas, dias e horários de acesso à ala de tratamento de saúde, receber advogados, etc?
3. Existem procedimentos administrativos ou de rotina na parte feminina da instituição que seja diferente da parte masculina?
4. Qual o procedimento para a execução de uma oficina dentro da instituição? Autorização, etc?
5. Em que momentos as meninas saem dos seus quartos para a circulação em outros ambientes da instituição?
6. Existe uma possibilidade de flexibilidade dessa rotina?
7. Existe um procedimento padrão para a interna que acabou de chegar? Se sim, qual é o procedimento?
8. Como se dá a distribuição das internas nos quartos?
9. Como se dá o procedimento do banho de sol?
10. No caso de algum comportamento indevido, como é encaminhada a correção da interna? Quem encaminha? Quais são as possíveis advertências aplicadas?
11. Nos dias de visitas, existe um procedimento padrão para a entrada e revista dos visitantes?
12. Existe restrição de visitas? Qualquer um pode visitar as meninas ou só as famílias?
13. Existe algum Projeto Político Pedagógico direcionado para a educação da instituição feminina?

Acessibilidade das internas

1. Os advogados ou promotores públicos tem mais acesso direto às meninas ou às famílias?
2. Qual o nível de informação dessas meninas sobre o andamento de seus processos, como elas teriam acesso à essas informações?
3. Qual o procedimento para que a interna tenha acesso à algum tratamento médico, ou medicamento?
4. Quando recebem uma interna grávida, como ela é encaminhada dentro da instituição? Existe um acompanhamento pré-natal?
5. Onde o parto é feito? As meninas podem ter um acompanhante da família?
6. Existe educação sexual direcionada para a sexualidade feminina e a prevenção de DSTs?
7. Como se dá o acesso à produtos de higiene íntima?
8. As meninas tem acesso à visita íntima? Se não, por que?

Entrevistadora: Polliana Esmeralda G. Machado

Estrevistada(o):

Data: **Local:**

Horário do início: **Horário do final:**

Segunda entrevista exploratória – Servidora da Saúde

1. Quais são os especialistas na saúde que atuam na unidade?
2. O módulo da saúde atente tanto meninos quanto meninas?
3. Em geral, mais meninos ou mais meninas procuram os especialistas da saúde, considerando que existem mais meninos na unidade?
4. Ao entrar na unidade, o menino ou a menina passam por algum procedimento que avalie sua situação de saúde?
5. As meninas ou os meninos possuem algum tipo de educação sexual? Recebem alguma orientação sobre prevenção de DSTs, contraceptivos, etc?
6. As jovens e os jovens possuem algum tipo de acompanhamento médico regular? Seja com dentista, ou oftalmologista, etc?
7. Quantas jovens grávidas existem hoje na unidade?
8. Como funciona o pré-natal na unidade?
9. Quando a jovem entra grávida, quais são os exames nela realizados?
10. Existe algum acompanhamento psicológico para os jovens ou as jovens?

11. Geralmente, quais são as principais queixas das jovens quando o assunto é saúde?
12. Existe uma preocupação em promover a saúde mental desses jovens? Projetos para um atendimento psicológico ou atendimento com terapeutas?
13. Quando um socioeducando solicita um atendimento, quanto tempo demora para ser atendido?
14. Em caso de emergência, qual o procedimento para o atendimento do socioeducando? Já aconteceu alguma vez? Pode dar exemplo?
15. Como se dá o acesso à medicamentos pelos socioeducandos? Alguma das jovens toma algum medicamento regularmente?
16. Em caso de dores, é permitido aos especialistas de saúde fornecer analgésicos ou algum medicamento? Se não, como é resolvida a questão?
17. Como a criação de uma visita íntima para as jovens poderia influenciar no trabalho da saúde?
18. Quais os principais requisitos necessários para que as visitas íntimas funcionem de forma positiva para a unidade e para as socioeducandas?

Entrevistadora: Polliana Esmeralda G. Machado

Estrevistada(o):

Data: **Local:**

Horário do início: **Horário do final:**

Terceira entrevista exploratória – Gerente de Segurança Feminina

1. Qual é a composição de servidores de segurança na unidade?
2. Quais as principais diferenças entre a equipe de segurança dos módulos femininos e os módulos masculinos?
3. Quando diz respeito ao comportamento, quais os principais problemas enfrentados pela segurança nos módulos femininos? Pode dar exemplos?
4. Quando ocorre alguma quebra das regras, por parte das meninas, quais as principais providências tomadas pela equipe de segurança?
5. Dizem que aqui dentro, as meninas são piores que os meninos, quando se trata de comportamento. Você concorda com essa afirmação? Por que? O que é tão pior no comportamento das mesmas?
6. Você poderia me descrever como funciona a rotina dos módulos femininos que funcionam hoje na unidade?
7. Existe um procedimento padrão para a interna que acabou de chegar? Se sim, qual é o procedimento?
8. Nos dias de visitas, existe um procedimento padrão para a entrada e revista dos visitantes?

9. Acontece com frequência que as jovens estabeleçam relações homoafetivas umas com as outras? Quando isso ocorre, quais as principais atitudes tomadas pela segurança?
10. De que forma o estabelecimento de relacionamentos entre as meninas influenciam no seus comportamentos? É positivo ou negativo para elas que esses tipos de relacionamento se estabeleçam?
11. Qual a reação geral dos servidores da segurança no que diz respeito ao estabelecimento de relações homoafetivas entre as meninas? E entre os meninos?
12. Com a previsão do início da visita íntima na instituição, como você acha que vai influenciar o trabalho da equipe de segurança dentro do módulo feminino?
13. A visita íntima para moças é bem vista pela equipe de segurança?
14. Qual a principal diferença em proporcionar a visita íntima para as meninas de proporcionar a visita íntima para os meninos?
15. Qual seria o principal problema da efetivação da visita íntima para toda a instituição?
16. Como você acha que as socioeducandas enfrentam o cumprimento da medida aqui dentro?
17. Você acha que em alguma medida, as meninas se apresentam atrasadas nas conquistas de seus direitos dentro da instituição?
18. Quando a socioeducanda não recebe material de higiene íntima, como absolvente, sabonete, escova de dentes, etc. esse material é proporcionado de alguma forma, se sim, qual forma?

Entrevistadora: Polliana Esmeralda G. Machado

Estrevistada(o):

Data:

Local:

Horário do início:

Horário do final:

Entrevista exploratória cinco – Servidoras da UNIRE e CAJE

1. Vocês sabem me dizer quando a internação feminina teve início no CAJE?
2. Nas unidades anteriores havia alguma equipe médica especializada na unidade: clínico, psicólogo, dentista, oftalmologista, ginecologista, etc?
3. Em alguma unidade existia uma equipe de saúde diferenciada para meninos e para meninas?
4. Para você, quais as principais vantagens de uma unidade que divida meninos e meninas?
5. E as principais desvantagens?
6. A semiliberdade feminina nasceu junto com essa nova unidade da Santa Maria? Se sim, qual era a grande dificuldade de criar uma semiliberdade feminina?

Estrutura e Funcionamento das Instituições

14. Qual era a composição administrativa das instituições?
15. Havia uma equipe administrativa direcionada para as meninas
16. Havia uma equipe de segurança direcionada para as meninas?

17. Quais as principais vantagens de haver uma equipe especializada direcionada para as meninas?
18. Quais as principais vantagens de não permitir o contato entre meninos e meninas?
19. Como funcionava a rotina da instituição: horários para aulas, horários para as oficinas, horários das refeições, dias e horários de visitas, dias e horários de acesso à ala de tratamento de saúde, receber advogados, etc?
20. Como era formada a estrutura do módulo feminino?
21. Como se dava a distribuição das internas nos quartos?
22. Haviam oficinas profissionalizantes nas outras unidades? Quais?
23. Existiam restrições de visitas? Qualquer um podiam visitar as meninas ou só as famílias?
24. As internas tinham aulas separadas dos meninos?
25. As provisórias ficavam no mesmo ambiente das sentenciadas?

Acessibilidade das internas

9. As meninas tinham acesso aos seus advogados e promotores públicos? Se sim, com que frequência isso ocorria?
10. Qual era o nível de informação dessas meninas sobre o andamento de seus processos, como elas teriam acesso à essas informações?
11. Qual era o procedimento para que a interna tenha acesso à algum tratamento médico, ou medicamento?
12. Quando recebiam uma interna grávida, como ela é encaminhada dentro da instituição? Existia um acompanhamento pré-natal? Se sim, era dentro ou fora da unidade?
13. Onde o parto era feito? As meninas podiam ter um acompanhante da família?
14. Existia educação sexual direcionada para a sexualidade feminina e a prevenção de DSTs
15. Como se dava o acesso à produtos de higiene íntima?
16. As meninas tinham acesso à visita íntima? Se não, por que?
17. Houve uma tentativa de implantar visita íntima nas antigas unidades? Se sim, quais foram as principais barreiras para essa efetivação?
18. A problemática da homossexualidade entre as meninas era presente nas outras unidades? Como esse problema era tratada pelas equipes?

Anexo 2 – Roteiro de entrevista das Jovens:

Entrevistadora: Polliana Esmeralda G. Machado

Estrevistada(o):

Data: **Local:**

Horário do início: **Horário do final:**

Entrevista exploratória – Jovens internas

1. Você esteve no CAJE pelo mesmo delito que cumpre atualmente? O mesmo processo?
2. Sobre o CAJE, você pode me descrever a estrutura física da unidade? E a UNIRE? Qual é a melhor estrutura, na sua opinião?
3. Do CAJE para a unidade atual, você consegue me dizer as principais mudanças? O que melhorou; O que piorou?
4. Nas outras unidades vocês tinha acesso à médicos, ou algum especialista da área da saúde que não fosse enfermeiro ou técnico em enfermagem?
5. Na unidade atual, qual o procedimento de acesso à médicos quando é necessário? Você já precisou desse atendimento? Conhece alguém que já precisou? Como se deu?
6. Seu processo é acompanhado por advogado ou promotor público; Você tem acesso ao desenvolvimento do processo?
7. Quanto às oficinas ofertadas pela unidade atual, você já fez alguma? Quais? Como funcionou? Todas podiam Participar?
8. Como funcionavam as oficinas nas outras unidades anteriores?

9. Como os conflitos eram mediados pela equipe de segurança nas unidades anteriores?
10. Quando ocorre de alguma das meninas cometer alguma infração aqui dentro, como, geralmente, é resolvido o conflito pela unidade?
11. Como é sua relação com as agentes de segurança?
12. Quando você precisa de algum atendimento da área especializada, psicólogo, pedagogo, como você solicita?
13. A unidade oferece algum tipo de material de higiene básica?
14. Nas outras unidades vocês tinham contato com os meninos? Como funcionava?
15. Nessa unidade vocês têm?
16. Como funcionam os dias de visita?
17. Nos dias de visitas vocês passam por algum tipo de revista antes e depois da visita?
18. Você vai às aulas regularmente? Como funciona a escola na unidade? É diferente das outras unidades?
19. Qual sua perspectiva quando sair daqui? Você acha que a unidade foi capaz de te ajudar a ter uma vida diferente?
20. Você acha que a unidade ajuda a ter uma melhor visão do seu futuro?
21. Para você, existe uma tentativa de ajudar, ou a intenção da internação feminina é só punir?
22. Vocês podem ter acesso à livros, revistas, jornais, algum material de leitura?
23. Você acompanha algum grupo religioso que vem aqui? Isso ajuda, em alguma medida?
24. Quando você acha que algo está errado no tratamento da unidade sobre seus direitos, você se manifesta de alguma forma?
25. Sobre as suas companheiras, como é o convívio de vocês?
26. Você acha que acaba se formando um laço com alguma outra interna? Isso ajuda em amenizar a situação pela qual vocês estão passando?

Anexo 3 – Termo de Consentimento para aplicação do Questionário

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante:

Sou estudante do curso de graduação na Universidade de Brasília. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Tânia Mara Campos, da Universidade de Brasília, cujo objetivo é entender o desenvolvimento da internação feminina para menores de idade desde o CAJE até a presente unidade, envolvendo a situação de mulheres em situação de cumprimento da medida socioeducativa.

Sua participação envolve responder a um questionário composto por perguntas de resposta curta e terá duração de no máximo 15 min. Esse questionário trata de uma tentativa de formular um perfil das meninas que hoje se encontram na unidade.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora ou pela entidade responsável.

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) estudante
Matrícula:

Local e data

Consinto em participar deste estudo

Nome e assinatura do participante

Local e data

Anexo 4 – Termo de Consentimento para aplicação da Entrevista

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante:

Sou estudante do curso de graduação na Universidade de Brasília. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Tânia Mara Campos, da Universidade de Brasília, cujo objetivo é entender o desenvolvimento da internação feminina para menores de idade desde o CAJE até a presente unidade, envolvendo a situação de mulheres em situação de cumprimento da medida socioeducativa.

Sua participação envolve responder a uma entrevista composto por perguntas abertas e terá duração de no máximo 1h. Esse entrevista trata de uma tentativa de compreender a internação feminina na perspectiva da jovem internada e dos servidores.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora ou pela entidade responsável.

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) estudante
Matrícula:

Local e data

Consinto em participar deste estudo

Nome e assinatura do participante

Local e data

Anexo 5 – Prévia do Questionário aplicado às Jovens

Pesquisadora responsável:

Data da aplicação:

Dados Pessoais

1. Nome completo da interna:

2. Data de nascimento:

3. Nome da Mãe:

4. Naturalidade UF:

Cidade:

5. Mora UF:

Cidade:

6. Raça/Etnia: 1 - () Branca 2 - () Negra 3 - () Amarela 4 - () Parda 5 - () Indígena 6 - () Outra

7. Já esteve internada em alguma outra unidade? . () Sim 2. () Não
Se sim, qual?

8. Situação Conjugal/Afetiva: 1- () Solteira/Sozinha 2 - () Solteira/Namorando
3- () Casada 4 - () União estável 5 - () Mora junto
6 - () Separada 7 - () Divorciada 8 - () Viúva

9. Doenças? 1. () Nenhuma 2. () Diabetes 3. () Câncer
4. () Depressão 5. () Hipertensão 6. () HIV
7. () Outra: _____

10. Medicamento de uso contínuo? 1. () Nenhuma 2. () Diabetes
3. () Câncer 4. () Depressão 5. () Hipertensão :
6. () HIV 7. () Outra: _____

11. Já Sofreu algum tipo de violência doméstica? 1. () Sim 2. () Não

12. Faz acompanhamento psiquiátrico na unidade ou fora? 1.() Sim 2. () Não

13. Antes de entrar na unidade você morou na rua alguma vez? 1.() Sim 2. () Não

14. Se sim, por quanto tempo?

15. Antes de entrar na unidade você preferia se relacionava com? 1. () Homem
2. () Mulher 3. () Ambos

16. Seu companheiro(a)/Namorado (a) está preso atualmente? 1. () Sim 2. () Não
3. () Não tenho companheiro

17. Existe mais algum membro da família preso? 1 - () Mãe/Madrasta
2- () Avó/Avô 3 - () Primos (as) 4 - ()Pai/ Padrasto
5 - () Companheiro (a) 6 - () Tios (as) 7 - () Irmão(ã)
8 - ()Filhos (as) 9-() Amigos (as) 10 - () Namorado (a)
11 -() Não

18. Recebe visita? 1 - () Mãe/Madrasta 2- () Avó/Avô 3 - () Primos (as)
4 - ()Pai/ Padrasto 5 - () Companheiro (a) 6 - () Tios (as)
7 - () Irmão(ã) 8 - ()Filhos (as) 9-() Amigos
10 - () Namorado (a) 11 -() Não recebe

19. Antes de entrar na unidade você tinha estudado até que série/Ano?

1 -() Não alfabetizada 2 -() Alfabetizada
3 -() Fundamental ou 1º Grau 4- () Médio ou 2º Grau

20. Estuda na unidade?

21. Em que ano/série? 1 -() Não alfabetizada 2 -() Alfabetizada
3 -() Fundamental ou 1º Grau 4 - () Médio ou 2º Grau

22. Você se relaciona/se relacionou com mulheres aqui na unidade? 1. () Sim
2. () Não

23. Sua família te ajuda dentro da unidade? (Roupas, comida, remédios) 1. () Sim
2. () Não

24. Você têm filhos? 1. () Sim 2. () Não

25. Quantos filhos você tem ?

26. Está Grávida? 1. () Sim 2. () Não 3. () Não Sei

27. Teve algum filho depois de entrar na unidade? 1 - () Sim, ainda está comigo
2 - () Sim, não está comigo 3 - () Não

28. Quem é o responsável pelo cuidado de(s) sua(s) criança(s) fora da unidade?

1 - () Avó materna (Sua mãe) 3 - () Pai da criança
2 - () Sua Família (outros sem ser a sua mãe) 5 - () Ninguém
4- () Outros (sem vínculo Familiar) 7 - () Adoção (por desconhecidos)
6 - () Abrigo 8. () Não tenho filhos

29. Antes de vir para a unidade, você morava com quem?

1 - () Sua mãe, pai, irmãos 2 - () Com os filhos 3- () Avós, tios, primos

- 4- () Seu companheiro(a)/Namorado(a) 5- () Seu companheiro e filhos
6- () Amigas (os) 7- () Sozinha

30. Antes de vir para a unidade seus filhos moravam com você? 1. () Sim 2. () Não

- 31. Se não, com quem eles moravam?** 1 - () Avó materna (Sua mãe)
2 - () Sua Família (outros sem ser a sua mãe) 3 - () Pai da criança
4 - () Outros (sem vínculo Familiar) 5. () Ninguém
6 - () Abrigo 7 - () Adoção (por desconhecidos)
8. () Não tenho filhos

32. Participa/ participou de oficinas de capacitação profissional dentro da unidade?
1. () Sim 2. () Não

Anexo 6 – Questionário Definitivo aplicado às jovens

Pesquisadora responsável: Polliana Esmeralda G. Machado

Data da aplicação:

Dados Pessoais

33. Nome completo da interna:

34. Data de nascimento:

35. Nome da Mãe:

36. Naturalidade UF:

Cidade:

37. Mora UF:

Cidade:

38. Raça/Etnia: 1 - () Branca 2 - () Negra 3 - () Amarela 4 - () Parda
5 - () Indígena 6 - () Outra

39. Já esteve internada em alguma outra unidade? . () Sim 2. () Não

Se sim, qual?

40. Situação Conjugal/Afetiva: 1- () Solteira/Sozinha 2 - () Solteira/Namorando

3- () Casada

4 - () União estável

5 - () Mora junto

6 - () Separada

7 - () Divorciada

8 - () Viúva

41. Doenças? 1. () Nenhuma

2. () Diabetes

3. () Câncer

4. () Depressão

5. () Hipertensão

6. () HIV

7. () Outra: _____

42. Medicamento de uso contínuo? 1. () Nenhuma

2. () Diabetes

3. () Câncer

4. () Depressão

5. () Hipertensão :

6. () HIV

7. () Outra: _____

43. Já Sofreu algum tipo de violência doméstica? 1. () Sim 2. () Não

44. Faz acompanhamento psiquiátrico na unidade ou fora? 1.() Sim 2. () Não

- 45. Antes de entrar na unidade você morou na rua alguma vez?** 1. () Sim 2. () Não
- 46. Se sim, por quanto tempo?**
- 47. Antes de entrar na unidade você preferia se relacionava com?** 1. () Homem 2. () Mulher 3. () Ambos
- 48. Seu companheiro(a)/Namorado (a) está preso atualmente?** 1. () Sim 2. () Não 3. () Não tenho companheiro
- 49. Existe mais algum membro da família preso?** 1 - () Mãe/Madrasta
 2- () Avó/Avô 3 - () Primos (as) 4 - () Pai/ Padrasto
 5 - () Companheiro (a) 6 - () Tios (as) 7 - () Irmão(ã)
 8 - () Filhos (as) 9- () Amigos (as) 10 - () Namorado (a)
 11 - () Não
- 50. Recebe visita?** 1 - () Mãe/Madrasta 2- () Avó/Avô 3 - () Primos (as)
 4 - () Pai/ Padrasto 5 - () Companheiro (a) 6 - () Tios (as)
 7 - () Irmão(ã) 8 - () Filhos (as) 9- () Amigos
 10 - () Namorado (a) 11 - () Não recebe
- 51. Antes de entrar na unidade você tinha estudado até que série/Ano?**
 1 - () Não alfabetizada 2 - () Alfabetizada 3 - () Fundamental ou 1º Grau
 4 - () Médio ou 2º Grau
- 52. Estuda na unidade?**
- 53. Em que ano/série?** 1 - () Não alfabetizada 2 - () Alfabetizada
 3 - () Fundamental ou 1º Grau 4 - () Médio ou 2º Grau
- 54. Você se relaciona/se relacionou com mulheres aqui na unidade?** 1. () Sim
 2. () Não
- 55. Sua família te ajuda dentro da unidade? (Roupas, comida, remédios)** 1. () Sim
 2. () Não
- 56. Você têm filhos?** 1. () Sim 2. () Não
- 57. Quantos filhos você tem ?**
- 58. Está Grávida?** 1. () Sim 2. () Não 3. () Não Sei
- 59. Teve algum filho depois de entrar na unidade?** 1 - () Sim, ainda está comigo
 2 - () Sim, não está comigo 3 - () Não
- 60. Quem é o responsável pelo cuidado de(s) sua(s) criança(s) fora da unidade?**

- 1 - () Avó materna (Sua mãe)
2 - () Sua Família (outros sem ser a sua mãe) 3 - () Pai da criança
4- () Outros (sem vínculo Familiar) 5 - () Ninguém
6 - () Abrigo 7 - () Adoção (por desconhecidos)
8. () Não tenho filhos

- 61. Antes de vir para a unidade, você morava com quem?** 1 - ()
Sua mãe, pai, irmãos 2 - () Com os filhos 3- () Avós, tios, primos
4- () Seu companheiro(a)/Namorado(a) 5- () Seu companheiro e filhos 6- ()
Amigas (os) 7- () Sozinha

- 62. Antes de vir para a unidade seus filhos moravam com você?** 1. () Sim 2. () Não

- 63. Se não, com quem eles moravam?** 1 - () Avó materna (Sua mãe)
2 - () Sua Família (outros sem ser a sua mãe) 3 - () Pai da criança
4 - () Outros (sem vínculo Familiar) 5. () Ninguém
6 - () Abrigo 7 - () Adoção (por desconhecidos)
8. () Não tenho filhos

- 64. Participa/ participou de oficinas de capacitação profissional dentro da unidade?**
1. () Sim 2. () Não

- 65. Qual é a renda da sua família(salário mínimo 724,00)?**() Não Sabe
1 - () Até Meio Salário Mínimo - R\$ 1,00 até R\$ 362,00
2 - () De meio até 1 Salário Mínimo - R\$ 362,00 até R\$ 724,00
3 - () Mais de 1 até 2 Salários Mínimos - R\$ 724,00 até R\$ 1.448,00
4 - () Mais de 2 até 3 Salários Mínimos - R\$ 1.448 até 2.172,00
5 - () Mais de 3 até 4 Salários Mínimos - R\$ 2.172,00 até 2.896,00
6 - () Mais de 4 até 5 Salários Mínimos - R\$ 2.896,00 até 3.620,00
7 - () Acima de 5 Salários Mínimos - R\$ 3.620,00 ou mais

- 66. Antes de entrar na unidade você usava:** 1. () Fumo 2. () Álcool 3. ()
Maconha 4. () Cocaína 5. () Crack 6. () Nenhum 7. () Outros:
67. Atualmente você usa: 1. () Fumo 2. () Álcool 3. ()
Maconha 4. () Cocaína 5. () Crack 6. () Nenhum 7. () Outros: